

Crescimento sem freios

Urbanismo Para professores da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Porto Alegre sofre um acentuado processo de verticalização, cujo resultado é a concentração populacional em determinadas áreas da cidade, ocasionando sobrecarga na infraestrutura. Outra consequência do crescimento imobiliário desenfreado é o aumento da segregação na capital, base da violência urbana.

Página Central

CONSUMO

Prós e contras do plástico

Docentes da Escola de Engenharia e do Instituto de Química da UFRGS alertam para as vantagens e desvantagens do uso de utensílios plásticos no dia a dia. Conforme Ruth Campomanes Santana, do Departamento de Engenharia de Materiais, os polímeros, quando não destinados à coleta seletiva, podem comprometer a vida útil dos aterros sanitários. Já o professor Cesar Petzhold, do Departamento de Química Orgânica, ressalta a importância social e econômica desses produtos: “Eles estão relacionados a empregos, à renda, ao PIB”. **P11**



JU 15 ANOS

Os verões à beira-mar

Nesta época do ano, a comunidade universitária costuma desfrutar das facilidades oferecidas pelos centros de Tramandaí e de Capão Novo. Inauguradas respectivamente nas décadas de 1950 e 1980, as Colônias marcaram os verões de muita gente. O servidor aposentado José Dirceu Ferreira, por exemplo, foi um dos primeiros hóspedes do Centro de Lazer de Capão Novo, onde veraneou com a família por 15 anos. Já o técnico Luís Amaro Freitas, que trabalha na central telefônica do Câmpus Centro, conta que fez bons amigos em suas temporadas na Colônia em Tramandaí: “Costumávamos nos reunir em frente ao prédio e organizar churrascos, sair para dançar ou comer pizza”. **P7**

ARTES VISUAIS

Curadores assumem papel central na definição do que tem valor artístico

P12

Fluorescentes são desafio à reciclagem

Enquanto os fabricantes se preparam para a retirada das lâmpadas incandescentes do mercado, prevista para junho de 2016, os consumidores precisam estar cientes dos cuidados necessários na hora do descarte das fluorescentes pela existência de mercúrio em

sua composição. Darci Campani, coordenador de Gestão Ambiental da UFRGS, diz que a melhor maneira de descartá-las é garantir que elas não quebrem, embalando-as corretamente e usando os pontos de coleta disponíveis nos supermercados. **P5**

ESPAÇO DE ENSINO

Educação ambiental nos parques



P6

Opinião

Política habitacional empurra população pobre para a periferia das cidades **P2**

Dicionário

Obra organizada por docentes da Sociologia explora dimensões do mundo do trabalho **P4**

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecke Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Gustavo Demarchi e Nilton Semensatto da Costa
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolseiros
Daiane de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochmann (jornalismo)
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Celebração acadêmica

Na UFRGS, os meses de janeiro e fevereiro são marcados pela realização das formaturas dos cursos de graduação. As cerimônias de outorga de grau são atos solenes, nos quais se celebra, com orgulho e alegria, essa importante conquista.

O momento da colação de grau resume e contém todo o simbolismo da vida universitária e evoca anos marcantes da vida dos estudantes; é também o ato mais solene de sua trajetória na graduação. Ao conferir o grau, os diretores de cada curso certificam que aqueles, até há pouco alunos, são agora profissionais e colegas, pois cumpriram todos os requisitos necessários para alcançar esta posição. Por outro lado, cada nova turma que chega à sociedade representa para a Universidade uma forma de prestar contas e fortalecer o seu papel como uma grande instituição de ensino superior.

Desde agosto de 2010, as formaturas da UFRGS adquiriram um caráter mais significativo e especial: os diplomas passaram a ser entregues durante a própria cerimônia, possibilitando que o formando assine o documento diante de seus colegas, amigos e familiares. Essa inovação só foi possível devido ao trabalho pioneiro da Pró-reitoria

de Graduação, em conjunto com todas as Comissões de Graduação e Unidades, que permite certificar o documento na finalização da ata da formatura. Outra importante mudança também ocorreu na parte de cerimonial. A partir de sugestões e demandas feitas pelas Unidades e aprovadas pelo Conselho Superior, a formatura adquiriu um caráter mais solene e organizado. O tempo das cerimônias, por exemplo, foi limitado e, mesmo as mais longas, dificilmente ultrapassam duas horas e meia de duração, o que torna possível realizar, no final do segundo semestre, 44 cerimônias, envolvendo mais de 70 cursos.

A conquista do diploma na UFRGS, reconhecida como uma das melhores instituições de ensino superior do país em avaliações nacionais e internacionais, coroa o esforço e a dedicação de cada um. Mais do que a oportunidade de ingressar em uma universidade pública, estudar na UFRGS representa, também, a chance de conviver com um corpo docente altamente qualificado, de participar de relevantes projetos de pesquisa e realizar intercâmbios nas melhores universidades do mundo. Ao concluir a graduação na UFRGS, parte-se de um ambiente de inovação, pesquisa e

pluralidade para dar início à caminhada rumo a um futuro profissional promissor.

A colação de grau é um rito acadêmico que, segundo registros, teve origem em Sorbone (Paris) em 1200 e representa uma tradição incorporada às mais antigas universidades brasileiras e europeias. Ao longo dos séculos, foi-se modificando e se modernizando, mas, sem dúvida, continua sendo um ato carregado de simbologia, expectativa, alegria e emoção. É nesse momento que a sociedade conhece seus novos profissionais e vivencia a expectativa pessoal expressa na ansiedade dos formandos ao serem chamados para receber o diploma. A formatura é sim um ato solene, mas que a cada turma apresenta novas histórias, novos anseios e esperanças. Esperança renovada nas possibilidades de futuro que se abrem e na certeza de que a universidade cumpriu seu papel na formação de excelência de seus estudantes.

Parabéns aos formandos 2011/2, aos seus pais e familiares. Muito obrigado aos paraninfos, professores e servidores homenageados e a todos os integrantes da comunidade universitária que contribuíram para que pudéssemos entregar-lhes os diplomas nesta bela solenidade de celebração acadêmica.

Mural do leitor

Ilustração científica

jornal@ufrgs.br

Estava lendo a matéria sobre ilustração científica na edição de novembro do JU e achei interessante, pois apresenta uma arte carente de profissionais. Quem me indicou a leitura foi uma amiga, a jornalista Jussara Dini. Sou ilustrador e fiquei curioso para saber mais sobre assunto tão importante e estimulante. Percebi como o campo da ilustração é vasto e que ainda existem possibilidades não exploradas. Provavelmente, basta entrar em contato com a pessoa certa e começar.

André Fortunato, ilustrador

Memória da UFRGS



Década de 1980

Prédio em construção do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS (Ceclimar), situado às margens da Lagoa de Tramandaí, em Imbé. As instalações foram inauguradas em 7 de janeiro de 1983 e permitiram a intensificação dos cursos, das pesquisas e a instalação de Museu, Aquários, Minizoológico e Marina.

Artigo

Para onde irão os pobres do Brasil potência do século XXI?

Os primeiros anos do século XXI trazem uma condição histórica peculiar para o Brasil. Em situação estável em termos políticos e econômicos na última década, os governos atuais, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal), têm a oportunidade de diminuir déficits socioeconômicos acumulados ao longo do século passado, por meio da implantação de políticas públicas, em especial as urbanas.

Após experiências locais bem-sucedidas nas últimas duas décadas do século XX, em particular no que se refere ao problema habitacional dos pobres, temos, na atualidade, políticas federais aplicadas ao âmbito municipal que impactam o conjunto dos territórios dos municípios de todo o país. Antes de abordar a situação vigente, é importante recordar as experiências locais de urbanização e regularização de favelas.

Porto Alegre, com o Orçamento Participativo (OP), tornou-se exemplo de melhoria das condições de habitação dos pobres, por meio de ações de urbanização das vilas, associadas ao instrumento de regularização fundiária. Tal forma de intervenção garantia a permanência das populações em seus locais de moradia, mantendo laços familiares e de vizinhança, o que produziu efeitos socioeconômicos significativos e permitiu a melhoria das habitações com o investimento da poupança e da renda do trabalho das famílias. O programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, embora com contornos institucionais distintos, pois mais diretivo e derivado da ação imediata do Estado, também fortaleceu a tendência da ação pública de melhorar as condições de habitação dos pobres, sem gerar impactos negativos no tecido social e nas relações de sociabilidade que marcam esses territórios.

Exemplos semelhantes se encontram em muitas outras cidades do país, seja em grandes metrópoles, como as políticas desenvolvidas em São Paulo e Belo Horizonte, seja em cidades das regiões metropolitanas ou mesmo em grandes e médias cidades do interior.

Sem dúvida, foram avanços históricos, porém limitados às políticas locais (municipais). O Brasil

seguia sem uma política nacional capaz de fazer frente ao problema habitacional dos pobres, em que pese a regulamentação de uma legislação federal aprovada em 2001 – o Estatuto da Cidade –, que criou um referencial legal de política urbana.

A partir de 2009, o governo federal cria o Programa Minha Casa Minha Vida, capaz de enfrentar, em termos nacionais, o problema habitacional dos pobres. O desenho do Programa se assemelha ao de outros implantados na América Latina (Colômbia e México), em que o financiamento público viabiliza a ação do mercado da construção civil e imobiliário na produção habitacional para as populações de baixa renda. Trata-se, então, de um programa público que aciona como agentes os mercados da construção civil e imobiliário. Estudos recentes, infelizmente ainda em pequena quantidade, apontam a articulação dos agentes do mercado da construção civil e do setor imobiliário com os fundos de investimentos nacionais, associados a fundos internacionais.

Parte dos capitais globais atingidos pelo estouro da bolha imobiliária nos EUA e na Europa ocidental parece se deslocar para o Brasil. Essa dinâmica incide diretamente no Minha Casa Minha Vida, pois a dita “mão invisível do mercado” se apresenta fortalecida nos embates com o Estado nacional, entendido como instituição responsável pela manutenção da coesão societária entre população e território.

Do ponto de vista socioespacial, o Programa tem tomado o rumo da incrementação de edificações para pobres nos limites da área urbana. Tal movimento deriva dos interesses da acumulação urbana, que, com o financiamento público, procura as áreas menos valorizadas. Em geral, regiões pouco ou ainda não urbanizadas. Essa dinâmica implica, muitas vezes, alterações do Plano Diretor. No caso porto-alegrense, se constata a movimentação dos investimentos da construção civil e do setor imobiliário nos limites sul da cidade, atingindo região com infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos escassos, caracterizada por uma qualidade peculiar da cidade: a produção de hortifrutigranjeiros.

Cabe ressaltar que, em um primeiro momento, o Minha Casa Minha Vida, por intermédio do seu agente financiador, a Caixa Econômica Federal, exigia investimentos em áreas pavimentadas, com traços razoavelmente significativos de urbanização. Mudança recente nos critérios tem como explicação a necessidade de liberação de recursos para municípios com poucas vias pavimentadas. Todavia, nos centros e cidades grandes e médias, o efeito é de uma liberação para a ocupação formal da periferia não urbanizada sequer com pavimentação. Enfim, o Programa tende a se orientar para os limites da periferia dos municípios, regiões muitas vezes sem característica urbana de cidade.

Tem-se, assim, um movimento oposto ao da manutenção das populações pobres em seus locais de moradia por meio da urbanização e da regularização fundiária – política pública que marcou as últimas décadas do século XX, pelo menos nas cidades com governos de caráter socializante.

Agora, a iniciativa do governo federal, de centro-esquerda, associada aos interesses do capital da construção civil e imobiliário, coloca novamente a questão do afastamento dos pobres da cidade urbanizada e de todas as potencialidades e possibilidades inerentes a essa condição de centralidade. Mais uma vez os pobres são levados para a periferia distante, gerando custos socioeconômicos de alto impacto na vida dessas populações. Custos cujo resultado deverá se dar em médio prazo – pode-se prever em até uma década o retorno dessas famílias às áreas centrais e ao seu entorno imediato. Provavelmente, ocupando espaços de proteção ambiental, de risco, prédios abandonados, lotes clandestinos e outras formas estabelecidas que o Minha Casa Minha Vida teria como objetivo superar em termos de habitação para os pobres. Prevê-se um retrocesso com prejuízos para a cidade e para essas populações.

Somem-se a essa tendência as reformas urbanas derivadas das exigências de instituição internacional privada para a realização da Copa do Mundo no Brasil. Em que pese a ênfase em intervenções voltadas à mobilidade urbana, a maior parte das ações está direcionada ao atendimento da circu-

lação veicular privada. Em Porto Alegre, fora a construção do metrô e a ligação via aeromóvel de pontos de trem ao aeroporto, as demais ações sobre o sistema viário apenas atenderão à mobilidade de automóveis. Parte dessas intervenções voltadas à qualificação viária para a circulação de automóveis privados implica a retirada da população de baixa renda de seus locais históricos de moradia, desfazendo o tecido social estabelecido e as relações de reciprocidade de caráter socioeconômico. Isso remete a uma prática típica do tratamento dado aos pobres nos anos da ditadura militar: a remoção. Paradigma que se esperava superado com as políticas de urbanização e regularização fundiária capazes de resolver o problema das condições de habitação dos pobres sem gerar custos socioeconômicos.

Projeta-se, assim, uma cidade com os pobres lançados à periferia distante, sem sua rede socioeconômica fundada em relações de reciprocidade – uma urbanização precária, degradando áreas com potencial turístico e de produção de hortifrutigranjeiros e gerando grandes vias com pouco uso pelo transporte público, devido ao aumento do volume de veículos privados em circulação.

Esse último aspecto será agravado pela construção de edifícios-garagem em áreas centrais, incentivando ainda mais o uso do automóvel e, logo, trazendo mais engarrafamentos e o aumento no custo de circulação. Aliás, a política de construção de edifícios-garagem contrapõe-se às ações recentes nas capitais da Europa ocidental, que vêm sistematicamente dificultando a circulação de automóveis em suas áreas centrais.

O cenário ainda poderá ser amenizado se forem estabelecidos critérios que incentivem a construção do Minha Casa Minha Vida em áreas centrais e pericentrais. Essa ação política permitirá às populações atingidas pelas intervenções viárias permanecerem em seus locais de moradia, e que estas mesmas intervenções tenham como eixo o transporte público, e não o privado.

Eber Marzulo
Professor da Faculdade de Arquitetura - UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Adão Lusardo da Silva Medeiros fez parte da primeira turma do curso de capacitação e diz que a iniciativa abriu uma porta para novas oportunidades

Fabricando um futuro

Extensão Curso da Engenharia capacita trabalhadores para a produção de blocos de concreto a partir de resíduos de construção em parceria com ONG

Em 30 de janeiro formou-se a primeira turma de um curso de capacitação oferecido pelo Laboratório de Ensaios e Modelos Estruturais (Leme) da Escola de Engenharia da UFRGS para catadores, recicladores e papaleiros. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a ONG Solidariedade, por meio do Centro de Transformação Sócio Ambiental (CTSA), aliou o aspecto social ao ambiental ao dar uma destinação aos resíduos oriundos da construção civil e oferecer aos participantes – pessoas que terão de deixar de utilizar carroças ou outros tipos de veículos com tração humana ou animal por força da Lei Municipal 10.531 – uma oportunidade de geração de renda. Orgulhosos, os alunos receberam um certificado de extensão.

Ângela Graeff, coordenadora do curso, explica que a atividade foi viabilizada com recursos de um projeto enviado à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Pós-doutoranda, com graduação e mestrado em Engenharia Civil na UFRGS e doutorado na Inglaterra na mesma área, ela atualmente realiza seu pós-doutorado como pesquisadora bolsista do Leme, e falou da satisfação de participar dessa parceria: “Foi uma experiência indescritível. Só quem esteve lá conseguiu sentir o reconhecimento e o desafio que esse curso representou para nós da Universidade”. O curso foi ministrado de forma intensiva e à noite por 11 instrutores, entre bolsistas de iniciação científica, professores e voluntários, na sede do CTSA, no bairro Cristal.

A pesquisadora revelou também o quanto os alunos ficaram surpresos por terem como professoras mulheres engenheiras: “Era uma turma de 16 alunos, alguns com nível superior completo e outros analfabetos. Nosso desafio foi conseguir encontrar formas de capacitar um público com uma escolaridade tão variada. Sempre que terminávamos a aula, perguntávamos quais haviam sido os pontos positivos e negativos. Para nossa alegria, os aspectos positivos superaram em muito os negativos. Foi tão gratificante que, ao final de cada encontro, a gente re-

tornava para casa com aquela vontade de voltar no dia seguinte. Foi uma experiência única porque não existe recompensa maior do que ver o pessoal prestando atenção, motivado e querendo saber mais”, recorda.

Longo percurso – Conforme a pesquisadora, o projeto teve início em julho de 2011, sob a coordenação do professor Luiz Carlos Pinto Silva Filho, que também está à frente do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade. O primeiro contato entre a ONG Solidariedade e o Leme ocorreu há três anos. A iniciativa foi da engenheira Geilma Vieira, à época pesquisadora do Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (Norie) e que trabalhou com a utilização de resíduos da construção civil em sua tese de doutorado. A ONG soube desse estudo e procurou a engenheira, que convidou pesquisadores do Leme e do Norie para fornecerem apoio técnico à organização. “Por dois ou três anos, demos suporte à produção de blocos para a construção civil. Quando surgiu a oportunidade de encaminhar um projeto à Finep, incluímos a ONG e procuramos retomar as atividades que já tínhamos iniciado”, conta Ângela. Ela ressalta que o objetivo foi fazer com que os alunos do curso de capacitação conseguissem caminhar com as próprias pernas. “Queríamos subsidiá-los para que eles pudessem produzir os blocos com a qualidade necessária para uso no mercado. Eles conseguiram a resistência adequada, mas ainda falta padronizar a produção”, descreve.

Com os recursos da Financiadora a Universidade irá adquirir equipamentos para a produção dos blocos de concreto, que serão emprestados à ONG por tempo determinado. “Ainda há um longo caminho a ser percorrido que envolve questões de padronização e até mesmo de variabilidade entre os resultados. Apesar de termos alcançado a resistência mínima exigida pela ABNT, ainda existe muita variabilidade entre os produtos.”

Outro aspecto importante a ser trabalhado é a questão mercadológica.

ca. Em 2011, a pesquisadora Andréa Foresti, também inserida no projeto financiado pela Finep, encaminhou uma solicitação à Héstia, incubadora ligada à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS. O plano foi aprovado e, a partir deste ano, a ONG Solidariedade irá contar com o apoio mercadológico para desenvolver seu plano de negócios.

Multiplicadores – Sérgio Bueno do Amaral, coordenador da ONG Solidariedade, explica que o projeto foi construído pelas comunidades da região, sendo que a entidade foi escolhida em 2005 para gerenciá-lo através do Orçamento Participativo. Ele conta que a calça que chega da rua (tijolo, argamassa, areia, pedra, pedaços de cerâmica e de telhas) passa por uma triagem e vai para o britador, do qual sai uma massa com granulometrias variadas. “Depois, passamos essa massa por uma peneira artesanal que dá origem a três tipos de material: um mais grosso, outro de tamanho médio e, por fim, um terceiro, que é quase uma areia. Feita essa separação, o material é misturado a cimento, aditivos e água. O objetivo é dar melhor compactação aos blocos, retirando os espaços vazios e reduzin-

do a permeabilidade do material. A mistura dos aditivos aos resíduos é feita em uma betoneira, e a massa resultante é depois é moldada em blocos em outro equipamento”, detalha. Uma curiosidade: para produzir esses blocos, a massa precisa ser quase seca (ao contrário da massa de concreto, que tem uma consistência quase líquida), como se fosse uma farofa.

Sérgio diz que a construção civil ainda é um setor resistente ao reaproveitamento de reciclados, por isso a preocupação da ONG é adequar-se às normas da ABNT. “Em uma etapa posterior, vamos otimizar a mistura economizando cimento e reduzindo custos na fabricação dos blocos. Assim que as máquinas novas chegarem, vamos recomençar os ensaios. O nosso procedimento será mais qualificado porque o curso nos deu condições para isso.”

Ele conta que estão previstas mais seis turmas de 20 alunos cada, que contarão com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Alguns dos alunos da primeira turma irão atuar como multiplicadores nos novos cursos. “A UFRGS não vai ministrar os próximos cursos, mas vai nos dar apoio técnico.”

Perspectivas de aplicação

Para Sérgio Amaral, a ideia é que o projeto não fique limitado à zona Sul. “Queremos que ele seja replicado em outras regiões de Porto Alegre, já que o problema social e ambiental atinge toda a cidade.” Ele afirma não acreditar que determinadas regiões da cidade se desenvolvam economicamente sem que sua população mais pobre tenha oportunidades de crescimento profissional. “As políticas públicas normalmente oferecem casas populares em reassentamentos. Mas queremos que essas pessoas possam viver nas regiões que ajudaram a construir sem serem mandadas para outro lugar.”

Adão Lusardo da Silva Medeiros, que frequentou o curso, acredita que ainda existe uma infinidade de aspectos que podem ser explorados a fim de oferecer alternativas aos trabalhadores. “A fabricação desses blocos a partir de restos de construção pode interessar ao pequeno construtor. E o próprio material moído pode ser usado para nivelamento de terrenos”, diz.

Por outro lado, Sérgio entende que a lei que proibiu a circulação de carroças em Porto Alegre não previu mecanismos de oferecimento de outra fonte de renda para essas pessoas. Por isso, os 14 centros de triagem existentes na cidade devem progressivamente adaptar sua matriz produtiva para a fabricação desses blocos, já que eles possuem um valor agregado muito maior do que o plástico e o papel.



Unimúsica

Regionalismo e universalidade

Em fevereiro, a UFRGS TV exhibe o programa Unimúsica, com a apresentação do grupo Renato Borghetti Quarteto e a participação especial do músico e instrumentista Alegre Corrêa. Renato Borghetti, brasileiro com sólida carreira internacional, fez parte do início do Unimúsica e voltou ao palco da Universidade no ano da comemoração de 30 anos do projeto. Alegre Corrêa é natural de Passo Fundo e hoje vive em Viena, na Áustria. Assim como Borghetti, Corrêa também tem uma grande carreira no exterior. Renato Borghetti e Alegre Corrêa já haviam se apresentado juntos na Europa, mas essa foi a primeira vez que dividiram o palco no Brasil. “O Alegre parecia um quinto integrante do grupo, tal o entrosamento que se criou”, explica Borghetti.

O repertório representa a afinidade musical e o regionalismo presentes na carreira dos dois artistas. São apresentadas músicas de Alegre Corrêa, Hermeto Pascoal e Guinha Ramires.

Segundo Renato Borghetti, a sua maior preocupação em relação ao trabalho musical é encontrar um equilíbrio: “É sempre uma busca entre o regionalismo que eu não quero perder e uma modernidade que eu quero que exista no trabalho”. Depois de mais de 20 álbuns lançados, com a participação de inúmeros artistas, Borghetti acredita que, apesar da grande diversidade, a música brasileira mantém características em comum: “O principal não tem muita diferença; o xote nordestino é o mesmo xote gaúcho; o forró não é nada mais que um vanerão. Eu acho que tem muito mais coisas em comum do que diferenças.”

O Unimúsica foi criado em 1981 com o objetivo de mostrar a produção musical feita dentro da Universidade. Foi graças ao projeto que surgiu, ainda nos anos 80, a chamada geração Unimúsica, à qual pertenciam músicos como Vitor Ramil, Totonho Villerooy e Nei Lisboa. Com o tempo, o projeto foi se modificando e nos últimos anos definiu sua programação com base em temas como festa e folguedo, piano e voz, e cancionistas. Em 2011, celebrou seus 30 anos de criação com o tema “TempoMúsicaPensamento”. “O compromisso com a cultura deve ser de todos. A Universidade, com a responsabilidade e com a capacidade que tem, deve manter projetos como o Unimúsica ligados à cultura”, reforça Borghetti.

*Cintia Warmling é estudante do 6.º semestre de jornalismo da UFRGS.

Assista ao programa

“Unimúsica – Renato Borghetti Quarteto e Alegre Corrêa” nos dias 24 de fevereiro e 2 de março às 20h, com reprise às 23h no canal 15 da Net.



Para entender o mundo do trabalho

Dicionário

Nova edição da obra organizada pelos professores Lorena Holzmann e Antonio Cattani trata criticamente dos processos que modelam a sociedade

Ânia Chala

Tendo como ponto de partida o fato de que nenhuma outra dimensão da vida humana passou por tão profundas transformações quanto o trabalho, Lorena Holzmann e Antonio David Cattani lançaram pela Editora da UFRGS, em 2006, o *Dicionário de trabalho e tecnologia*. A obra, de cará-

ter crítico, alcançou sucesso editorial e teve sua tiragem rapidamente comercializada. Depois de dois anos de trabalho, chegou ao mercado no final de 2011 uma nova edição totalmente revista e ampliada do Dicionário, agora com o selo da Editora Zouk (www.editorazouk.com.br). O livro reúne mais de 50 autores e 107 verbetes sobre as múltiplas dimensões do mundo do trabalho contemporâneo. Entre estes, temas clássicos da sociologia do trabalho, como ação coletiva, autonomia, autogestão, sindicalismo, taylorismo, desemprego, assédio moral e direito do trabalho. Há novas abordagens sobre pobreza e precarização, desenvolvimento, economia solidária, formação e qualificação profissional.

Para aqueles que procuram entender um campo em permanente mutação e que afeta indivíduos, empresas, governos e instituições, a obra apresenta ao público – não só o acadêmico, mas também aos leitores com horizontes profissionais diferenciados – um amplo espectro das problemáticas do trabalho e de suas conexões com a tecnologia.

Os organizadores, docentes de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS,

destacam que a obra traz não apenas uma recompilação de ideias, mas uma elaboração mais avançada em cada verbete. “A gente poderia pensar em uma espécie de um manual simplificador, a exemplo de um dicionário de economia europeu que apresenta definições de fenômenos complexos com até 140 caracteres. Mas consideramos isso uma caricatura! Nosso dicionário tem certa dimensão de complexidade, lançando um desafio ao leitor. Ele é um convite à reflexão, à busca de mais conhecimento”, explica Antonio Cattani.

Para a professora Lorena Holzmann, nos debates das últimas duas décadas se dizia que o trabalho estava perdendo importância na vida das pessoas e que ele já não tinha um papel preponderante na construção teórica da interpretação do mundo contemporâneo. “Mas o que aconteceu foram transformações incríveis no mundo do trabalho em termos de organização, incluindo aí a incorporação de uma tecnologia diferente de produção de base microeletrônica. Isso fez com que o trabalho reassumisse um papel muito importante nas discussões na área das ciências sociais, exatamente pelo que havia de

novo e pelo que esse novo significava para a vida dos trabalhadores e para a própria sociedade.” Ela acrescenta que a tecnologia incorporada ao mundo moderno tem um processo de inovação extremamente acelerado, fazendo o cruzamento com o trabalho pela incorporação das novas tecnologias no mundo da produção.

Sociedade alienada – Ao refletir sobre a expressão “sociedade do conhecimento”, o professor Cattani propõe uma inversão: “Acho que não vivemos em uma sociedade do conhecimento, porque a possibilidade de conhecimento sempre existiu de acordo com diferentes períodos históricos. Poderíamos falar, por conta de certa imposição tecnológica, de uma sociedade alienada que muitas vezes se deixa avassalar por modismos tecnológicos”. Segundo o autor, disso decorre a importância do dicionário como uma ferramenta que permite o acesso a outras formas de entendimento para conhecer a sociedade. “A obra é interdisciplinar, já que nenhuma ciência pode reivindicar o conhecimento pleno. E a sociedade contemporânea, até pela velocidade da introdução de tecnologias e inovações, está cada vez mais complexa. Precisamos nos munir de um instrumental para tentar separar o que é decisivo do que é efêmero, separar o que é modismo das questões essenciais da identidade do trabalho e dos dilemas que ele enfrenta no mercado”, observa o pesquisador.

Lorena também tem uma visão crítica da sociedade do conhecimento: “Como se isso fosse alguma coisa inovadora! Lembro o que significou em termos da sociedade moderna do século XIX para cá, por exemplo, a invenção do telégrafo e do telefone, a instalação de ferrovias... Esses elementos influenciaram incrivelmente na vida da sociedade e na produção. E o que significou em termos de expansão do capitalismo a navegação marítima, fruto da indústria siderúrgica e metalúrgica; e as estradas de ferro, na formação de um mercado mundial para a produção capitalista. Acho que há um grande esquecimento de coisas que passaram e de sua importância nesse contexto”.

Na opinião da professora, o conhecimento sempre foi a base. A diferença é que hoje ele é buscado por intermédio da pesquisa científica, do estímulo a determinadas orientações na busca de respostas, atendendo quase sempre aos interesses do capital. Ela considera que cada contexto histórico produz um profissional ou um intelectual que corresponde às regras daquele contexto. “Os matemáticos que não eram reconhecidos nos séculos XVII e XVIII passam a ser os grandes considerados, porque a ciência sofre um processo de matematização. Depois vieram os biólogos e, hoje, parece que são os administradores, os gestores. A gestão da informação, do dinheiro e das pessoas é crucial. Por essa razão, o gestor está na crista da onda.” Lorena ressalta que, junto com o conceito de gestão vem a concepção de empreendedorismo, de flexibilização e de precarização do trabalho. “Já não há mais ninguém que se preocupe com ninguém. Cada um é responsável por seus sucessos e fracassos, e não há nada que interfira nisso. Isso é o supracismo do individualismo, a marca da sociedade em que vivemos. Não há elementos contingentes: quem tem competência vence. É esse o discurso”, conclui.

Trabalho que escraviza – Cattani complementa o raciocínio da colega, acrescentando que nesse quadro aparentemente caótico existe uma ordem, uma lógica que não se deu ao acaso e que tem beneficiados e prejudicados. Para ele, no Brasil, os beneficiados compõem uma categoria invisível e pouco estudada, pois “as ciências sociais em geral se preocuparam em

estudar os pobres, mas não os ricos”.

O professor defende que atualmente seria possível trabalharmos um terço do que trabalhamos, porque a questão da sobrevivência material está assegurada. Mas a lógica do capitalismo é exatamente o oposto: não se trata de homogeneizar disparidades, mas de criá-las. “As gradações nas qualificações são cada vez maiores. Há um bloco de inteligentes, um meio de campo e uma massa de ignorantes. Isso vale para a questão da acumulação de recursos. O capitalismo precisa dessas disparidades. Quanto mais for atizada a concorrência entre os indivíduos, melhor. A tecnologia permite reduzir a carga de trabalho; no entanto, estamos caminhando na direção oposta”, afirma.

Conforme Lorena, não é a tecnologia que escraviza o homem. A máquina tem a potencialidade de eliminar o trabalho penoso, de diminuir a jornada de trabalho porque eleva a produtividade. “São instrumentos usados socialmente e não libertaram o homem do trabalho penoso porque foram utilizados em outro interesse, o do capital. Se antes o trabalhador ditava o ritmo do trabalho pelo uso que ele fazia da ferramenta, com a máquina, ela passou a impor o ritmo. Marx fez uma análise magistral do que isso significou e que nada tem de ideológica”, reitera a pesquisadora.

Consumismo – Ao traçar um paralelo entre uma máquina a vapor do final do século XVIII e um equipamento eletrônico de hoje, Cattani sustenta que ambos poderiam ser utilizados num outro sentido. “Aquele serviu para intensificar o trabalho, e esse aqui, de certa forma, também. A pessoa pode estar conectada 24 horas por dia e há uma multiplicidade de novos empregos por tarefa, nos quais não interessa quando o trabalho será realizado, pode ser durante a noite inteira, nos finais de semana.” Lorena classifica tal situação como uma corrida maluca: “Isso alimenta aquela compulsão de que temos de ser os mais rápidos, senão o outro irá nos ultrapassar”.

Para a professora, isso tem reflexos inclusive no mundo acadêmico: “Há uma sanha produtivista e isso tem prejudicado inclusive a construção de um ambiente acadêmico. Por outro lado, ocorre uma supervalorização do instrumento em detrimento do conteúdo”.

Ela também critica o discurso hegemônico, segundo o qual as novas formas de organização da produção, como o modelo japonês, tornaram o trabalho menos alienante e mais criativo. “As pesquisas mostram o horror que é esse sistema. Estudos feitos no Brasil e em outros países demonstram como ocorre a cooptação do coração e das mentes dos trabalhadores num processo que tem criado uma capa cultural que se impõe: hoje todo mundo é consumista, todos se baseiam no que compram. As pessoas não moram direito, mas têm de ter a televisão mais moderna, o último modelo de celular, e vivem mal. Eu não sou o que sou, mas o que tenho! Não sei como será possível reverter esse quadro”, lamenta.

De acordo com Cattani, já existem alguns movimentos de resistência. Desde o *slow food* até campanhas como ‘um dia sem carro’. “Logo teremos um dia sem computador, um dia sem o celular ou um dia sem trabalho em casa, como fizeram recentemente os professores da rede de ensino particular do Rio Grande do Sul”, lembra.

De olho no fluxo incessante de transformações, os autores já fazem planos para uma nova edição, listando possíveis lacunas: “Acho que uma questão que teríamos de trabalhar é a da estocagem da informação. Ela está no espaço, na nuvem, mas, e se ocorrer um problema qualquer, onde vou recuperar esses dados? Isso precisa ser pensado”, conclui o professor.

Serviço

Dicionário de trabalho e tecnologia

Antonio David Cattani e Lorena Holzmann (orgs.)

Porto Alegre: Editora Zouk, 2011, 494 págs. R\$ 89 (valor médio)



FLÁVIO DUTRA/JU



Incandescentes devem sair do mercado

Funcionando a partir da condução da eletricidade por filamentos, em geral de tungstênio, essas lâmpadas são pouco eficientes, pois apenas parte da energia absorvida é transformada em luz

Lâmpadas Apesar de mais econômicas, as fluorescentes têm problemas de descarte

No início de janeiro do ano passado, foi publicada uma portaria interministerial de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio, no Diário Oficial da União, exigindo a retirada gradual das lâmpadas incandescentes do mercado brasileiro. Por etapas, até 30 junho de 2016, os produtos devem parar de ser produzidos e comercializados. O objetivo é substituí-las pelas fluorescentes compactas, tubulares, halógenas ou LED – e economizar cerca de 10TWh/ano (terawatts-hora) de energia até 2030. Na União Europeia, as incandescentes devem ser banidas do comércio até setembro de 2012.

No momento, as incandescentes – aquelas que possuem um filamento, espécie de arame, no seu interior –

ainda representam cerca de 80% da iluminação residencial no Brasil, com consumo estimado de 300 milhões de lâmpadas/ano. Elas funcionam a partir da condução de energia elétrica por filamentos, geralmente de tungstênio. Entretanto, caracterizam-se pela pouca eficiência energética, visto que apenas a menor parte da energia absorvida da rede é transformada em luz. Por isso, elas geram muito calor, gastando mais energia. Além disso, possuem vida útil de, em média, mil horas. A vantagem é que não possuem elementos tóxicos, o que facilita a reciclagem, e emitem luz amarelada – esta, proporciona mais conforto visual aos usuários. Depois de utilizadas, podem ser trituradas, seus componentes separados e reutilizados.

Como opção, as fluorescentes ganharam espaço após o apagão de 2001, quando o governo federal passou a incentivar a utilização desse modelo. Mas, na época, a baixa qualidade – a maioria é importada da China e não observa mínimos critérios técnicos – e o preço alto prejudicaram o aumento das vendas. No ano passado, entretanto, entrou em vigor legislação do Inmetro obrigando todos os produtos do gênero a exibirem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), ates-

tando o cumprimento das exigências do órgão – entre elas, garantia mínima de um ano. A Associação Brasileira dos Importadores de Produtos de Iluminação (Abilumi) estima um crescimento de 20% na participação das fluorescentes no mercado brasileiro em 2010.

Mais econômicas, as fluorescentes produzem energia a partir de um processo de excitação quântica de um gás contido em seu interior – e, portanto, não utilizam energia para esquentar. Dessa forma, apesar de serem mais caras no supermercado, elas gastam cerca de quatro vezes menos energia e sua vida útil é maior, sendo, no mínimo, o triplo de uma incandescente: 3 mil horas. Tendo em vista os novos critérios do Inmetro, a Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação (Abilumi) informou que, a partir de 2013, as fluorescentes comercializadas no Brasil devem durar pelo menos 6 mil horas. Por outro lado, os consumidores reclamavam do fato de as fluorescentes emitirem uma luz branco-azulada responsável por desconforto visual. Novas tecnologias deram conta desse problema e já existem produtos capazes de reproduzir a luz mais amarelada das incandescentes. O grande desafio

das fluorescentes permanece sendo o descarte, visto que elas contêm mercúrio – metal pesado altamente tóxico – em sua composição e a estrutura de reciclagem ainda é pequena no Brasil (ver boxe).

“O problema da incandescente é o alto consumo de energia elétrica e a baixa produção de iluminação. Do ponto de vista ambiental, é mais vantajoso optar pelas fluorescentes se elas forem bem manejadas. O mercúrio está preso. Se cumprir todo o ciclo até o descarte sem quebrar, ela não é ambientalmente problemática”, afirma o coordenador de Gestão Ambiental da UFRGS, Darci Campani. O coordenador do Laboratório de Conforto Ambiental do departamento de Arquitetura da Universidade, Heitor da Costa Silva, também lembra que “já temos lâmpadas fluorescentes que reproduzem a cor das incandescentes. Então, a escolha se dá muito mais por especificidade técnica, não só de funcionamento, mas também da qualidade ambiental. O mercado de lâmpadas é enorme, diversificado e muito preocupado com a questão da eficiência energética”.

Alternativas – As LEDs têm componentes eletrônicos conhecidos como diodos emissores de luz (*Light*

Emitting Diode), que convertem a corrente elétrica em luz. Esse modelo se configura a principal alternativa às fluorescentes e incandescentes. As LEDs possuem vida útil duas a três vezes superior a das fluorescentes compactas, alta eficiência luminosa e exigem menos manutenção. Por serem monocromáticas, geram apenas uma cor, dependendo do material utilizado. Elas não são fabricadas no Brasil, e o preço ainda impede o crescimento das vendas, mas os especialistas consultados pelo JU, além da Abilumi, apostam na sua popularização.

“A incandescente é a primeira tecnologia em termos de lâmpadas. Ela produz muito mais calor do que luz. Em um segundo momento, as fluorescentes procuram um meio de utilizar a descarga elétrica para gerar luz de maneira mais econômica e eficiente. Agora, falamos em eletroeletrônica, quando o LED deve substituir o gás, propondo maior nível de iluminação eletronicamente produzida. Estamos caminhando para uma sofisticação no uso da energia que parece ser o mais racional para o futuro”, resume o professor Heitor da Costa Silva.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

O desafio da reciclagem

Por conter metais pesados, principalmente mercúrio, em sua composição, a fluorescente, apesar de gastar menos energia, exige cuidados extras no momento do descarte. Caso a lâmpada quebre, o mercúrio é liberado, podendo contaminar a atmosfera e os seres vivos. Causando intoxicação, o metal acumula-se no organismo, com tendência a se concentrar no cérebro, fígado e rins. Por isso, elas não devem ser jogadas diretamente no lixo doméstico. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em 2010, estabeleceu a implantação gradual do sistema de logística reversa para reciclagem de fluorescentes.

Segundo o sistema, o produto deve ser recolhido pela indústria para que o mercúrio e outros componentes possam ser extraídos e reaproveitados, sem riscos de contaminação. A estrutura para recolhimento, porém, ainda é escassa no Brasil. A Abilumi identificou apenas dez empresas cadastradas para reciclagem de

lâmpadas fluorescentes em todo o país. A maioria está localizada nas regiões sul e sudeste – não há nenhuma no norte e nordeste, o que aumenta o custo de transporte. A UFRGS, por exemplo, possui contrato com uma empresa de Santa Catarina, responsável pelo recolhimento de todo o material de iluminação utilizado nos câmpus.

A Abilumi garantiu ao JU, por meio de sua assessoria de imprensa, que “o Brasil conta com produtos de alta tecnologia, com uma drástica redução na quantidade de mercúrio. Hoje as lâmpadas compactas têm menos de 6mg de mercúrio, o que representa apenas 15% da quantidade que havia nas lâmpadas em 2001”. Apesar disso, o professor Darci Campani, coordenador de Gestão Ambiental da UFRGS, lembra que existem metas internacionais para extinguir o uso deste metal: “O problema é que a temperatura de evaporação do mercúrio é muito próxima da

temperatura ambiente. Devido aos problemas de contaminação, o comércio internacional de mercúrio está caindo. Por enquanto, a indústria reaproveita, mas as metas internacionais são para extinguir o uso. A tendência é a fluorescente sair do mercado”.

Em casa, o consumidor deve ter cuidado ao manusear as fluorescentes, principalmente se a lâmpada quebrar e, consequentemente, liberar o mercúrio. Nesse caso, é recomendado abrir todas as portas e janelas do ambiente, ausentar-se do local por quinze minutos e, só então, coletar o material danificado utilizando luvas e avental. “A melhor maneira de descartar é garantir que ela não vai quebrar, ou seja, embalar corretamente. De preferência, usar a embalagem da lâmpada nova para proteger o produto usado. Para o cidadão, boa parte da rede de supermercados de Porto Alegre disponibiliza pontos de coleta desse tipo de material”, explica Campani.



“Tartaruga não é bicho de estimação”



FELIANO DURVAL/JU

A maioria dos cágados abandonados nos parques da capital pertencem a espécies exóticas (como as “tartarugas-da-orelha-vermelha” acima), geralmente norte-americanas

Projeto Chelonia ONG coordenada por pesquisador da UFRGS promove educação ambiental nos parques de Porto Alegre

Aqueles que costumam caminhar pela Redenção e pelo Parcão provavelmente já devem ter observado algumas das plácidas criaturinhas que vivem nos lagos desses locais: os cágados ou tartarugas de água doce. Esses répteis pertencentes à ordem dos quelônios – a mesma das tartarugas marinhas e dos jabutis (animais terrestres) – são de fácil convívio e muito presentes no cotidiano dos porto-alegrenses, virando, inclusive, bichos de estimação.

Mesmo assim, a maioria da população desconhece os hábitos e comportamentos naturais dos cágados. Foi essa falta de informação que motivou o biólogo e pesquisador do Departamento de Zoologia da UFRGS Clóvis de Souza Bujes a trabalhar com educação ambiental. Em 2003, ele criou o Projeto Chelonia, reunindo, sob sua coordenação, indivíduos interessados em desen-

volver ações voltadas à conservação e ao manejo da herpetofauna (anfíbios e répteis) do sul do Brasil. Em 2009, o grupo tornou-se uma Organização Não Governamental (ONG), com a finalidade de angariar, por meio de editais, recursos para pesquisas. Hoje o sustento da iniciativa vem basicamente de doações.

Uma das atividades desenvolvidas pelo Chelonia é o monitoramento das populações de cágados que habitam a Redenção, o Parcão e o Jardim Botânico. Nesses lugares, os voluntários capturam e marcam o maior número possível de tartarugas. Cada animal tem sua saúde avaliada e seu peso, tamanho e espécie anotados numa ficha. Uma ou duas vezes por mês são feitas novas medições nos parques, a fim de verificar se a população está crescendo ou não. “A maioria das tartarugas só está nos lagos porque alguém as comprou, não quis mais e as abandonou”, ressalta Soraya Ribeiro, bióloga e coordenadora do setor de fauna silvestre da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), que, desde 2008, possui um convênio com o Projeto Chelonia.

A prefeitura fornece alguns equipamentos, estagiários e colabora nas iniciativas de resgate da fauna, como a que aconteceu em 2011 no Parque Germânia, que fica no bairro Jardim Europa. Cerca de 50 cágados que estavam no lago artificial foram realocados para zoológicos e criadouros conservacio-

nistas. “Ali não há condições mínimas de sobrevivência, porque os bichos não têm como sair da água para descansar e se aquecer. O problema é que as pessoas estão sempre abandonando. O trabalho ali tem de ser constante”, lamenta Clóvis.

É por conta de situações como essa que a educação ambiental é tão importante. O JU acompanhou um monitoramento no parque da Redenção e pôde observar a grande curiosidade dos visitantes em relação ao trabalho dos voluntários. Com conversas informais, os integrantes do Chelonia divulgam o projeto e orientam as pessoas sobre como lidar com esses animais, principalmente durante o período de desova das fêmeas (veja o boxe).

Espaço de ensino – Atualmente a ação conta com o trabalho voluntário de alunos da UFRGS, PUCRS e Unisinos, que buscam complementar sua formação acadêmica. A estudante de Ciências Biológicas da PUC Giulia Zanchi Prevedello entrou em 2011 no Chelonia e até então nunca havia tocado em uma tartaruga. “A experiência que o Clóvis me proporcionou foi maravilhosa. Aprendi coisas que talvez só fosse ver com anos de faculdade”, assinala.

Lauren Boeira Pordany, estudante de Ciências Biológicas da UFRGS, começou a participar da ONG em agosto de 2008: “Nos vemos como um grupo único, que trabalha por um mesmo objetivo e busca fazer o melhor, não importando

de onde viemos, mas onde queremos chegar”. Ela relata que as atividades de campo fornecem dados para trabalhos de conclusão de curso e mestrados, além de possibilitar aos estudantes se apresentarem em congressos e salões de iniciação científica. A aluna do oitavo semestre de Ciências Biológicas da UFRGS Laura Fuhrich Fabres baseou seu TCC num trabalho feito pelo Chelonia no Parcão. Ela ingressou no projeto em 2008 e argumenta que a ONG ajuda as pessoas que crescem em cidades a retomarem sua ligação com a natureza.

Para Clóvis, o mais importante é a população compreender que quelônios não são bichos de estimação e, por isso, não devem ser retirados da natureza e comercializados: “Para ser um vendedor autorizado, você teria de ter uma documentação do Ibama. Só que, quando a gente vai a uma pet shop comprar uma tartaruguinha, eles não têm nada disso”. Além do mais, esses animais geralmente são vendidos com a promessa de que não irão crescer, mas, na verdade, um cágado chega a medir de 25 a 45 cm. “Claro, o bicho que só come uns camarõezinhos desidratados não cresce, fica desnutrido! Por mais que a pessoa tente, ela nunca vai conseguir suprir a quantidade de alimento que ele tem na natureza”, resume.

Daiane de David, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabico

Como lidar com os cágados

Durante os monitoramentos, os voluntários do Chelonia encontram muitos cágados machucados por conta de agressões de humanos e animais. Entretanto, é durante a desova, que vai de setembro a fevereiro, que esses répteis correm maior perigo. Ao saírem da água em busca de um local para cavar e depositar seus ovos, as fêmeas chegam a percorrer quilômetros, indo parar, muitas vezes, perto de ruas ou avenidas, onde podem ser atropeladas. Veja abaixo algumas dicas:

- em caso de risco, carregue o animal cuidadosamente e o deposite próximo à beira do lago;
- nunca arremesse a fêmea na água ou faça movimentos bruscos enquanto a segura;
- se não houver perigo, não interfira na caminhada. Se quiser observar a desova, apenas mantenha certa distância;
- se achar um ninho de tartaruga (os ovos ficam enterrados no solo), avise a Secretaria Municipal do Meio Ambiente ou o Projeto Chelonia. Os voluntários costumam recolher apenas as ninhadas maiores, soltando os filhotes em outros ambientes, como a região do Delta do Jacuí.

Para saber mais

<http://projetoachelonia.blogspot.com/> ou pelo e-mail projetoachelonia@gmail.com

Dois pontos

► O uso de não com prefixo

O advérbio de negação “não” costuma ser empregado na língua portuguesa também com o papel de prefixo. Esse uso é considerado bastante produtivo para a formação de novos itens lexicais. Apesar de sua produtividade, o prefixo “não” muitas vezes é esquecido pelos gramáticos em suas obras.

Na condição de prefixo, “não” pode anteceder bases substantivas (“não participação”), adjetivas (“não violento”) e verbais (“não filiado”).

Antes do novo acordo ortográfico, as regras previstas para a grafia de palavras precedidas pelo prefixo

“não” geravam dúvidas até mesmo entre os gramáticos. Alguns prescreviam o uso de hífen apenas diante de bases substantivas (“não-pagamento”, “não-comparecimento”), cabendo aos demais casos a grafia sem hífen (“não descartável”, “não flexionado”). Outros defendiam que todas as palavras com o prefixo “não” deveriam ser hifenizadas (“não-pagamento”, “não-comparecimento”, “não-descartável”, “não-flexionado”).

Com as novas regras ortográficas, toda essa polêmica teve um fim. Em nota explicativa, a Academia Brasileira de Letras manifestou sua interpretação sobre algumas

especificidades do Acordo Ortográfico de 1990, entre as quais está a formação de palavras com o prefixo “não”. De acordo com a nota, exclui-se o emprego do hífen em todos os casos em que a palavra “não” funciona como prefixo. Assim sendo, passam a ser graficamente corretas as formas “não pagamento”, “não comparecimento”, “não descartável” e “não flexionado”, sem hífen.

► O grupo do “MARIO”

Os verbos terminados em -ear (como “frear”, “pentear”, “saborear”) são considerados irregulares, já que, quando conjugados nas 1.ª, 2.ª e 3.ª

personas do singular e na 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo e do presente do subjuntivo, sofrem alteração em sua raiz. São, então, produzidos com o ditongo “ei” em sua sílaba tônica: “freio”, “freie”, “penteia”, “penteie”, “saboreiam”, “saboreiem”. Verbos terminados em -iar, por sua vez (“premiar”, “variar”, “negociar”), são considerados regulares porque não sofrem alteração em sua raiz quando conjugados: “premio”, “premie”, “varia”, “varie”, “negociam”, “negociem”.

Há, no entanto, uma lista de verbos terminados em -iar – o chamado grupo do MARIO – no qual se faz

presente a mesma irregularidade atestada nos verbos acabados em -ear, qual seja, a produção do ditongo “ei” na sílaba tônica. Compõem o grupo do MARIO:

Mediar (e seu derivado *intermediar*) – Algumas ONGs medeiam a paz entre os países.

Ansiar – O jovem anseia viver um futuro digno.

Remediar – Ele quer que a enfermeira remedeie os pacientes todos os dias.

Incendiar – Porto Alegre incendia-se sob o sol forte do verão.

Odiar – Odeio entregar as tarefas com atraso.

André Schneider, revisor de textos
andre.schneider@consun.ufrgs.br



Na Colônia de Férias em Tramandaí, a comunidade acadêmica da UFRGS pode desfrutar dos espaços de lazer que dispõem de churrasqueiras e piscinas para crianças e adultos

Comunidade acadêmica na praia

Lazer Universidade oferece colônias de férias para alunos e servidores em Tramandaí e Capão Novo

Caroline da Silva

A quinta reportagem da série especial dedicada ao 15.º aniversário do *Jornal da Universidade* aborda as melhorias promovidas pela UFRGS em seus centros de lazer no litoral ao longo de mais de cinquenta anos.

Quando chega dezembro, os olhos já se voltam para a costa litorânea. Nos meses de janeiro e fevereiro, então, a vontade de estar à beira da praia e curtir o sol, o mar e o vento – para fugir do calor sufocante de Porto Alegre – se torna incontrolável. Há mais de cinco décadas a UFRGS oferece à sua comunidade acadêmica (alunos, professores e técnicos-administrativos) opções de hospedagem no Litoral Norte do estado que permitem gozar dos prazeres tão almejados por aqueles que ficam trabalhando na cidade.

História – Conforme Solange Rosa Souza, atual diretora da Divisão de

Lazer da Secretaria de Assuntos Estudantis da Universidade (SAE), a Colônia de Férias em Tramandaí foi fundada em 26 de janeiro de 1958 pelo então reitor, o professor Eliseu Paglioli. “Destá data até hoje foram feitas inúmeras melhorias e reformas”, afirma a servidora. Um exemplo dessas ações são as piscinas. Solange também lembra que, no ano passado, foram disponibilizadas churrasqueiras rotativas e um novo local para que os veranistas possam saborear o churrasco.

Já o Centro de Lazer da Universidade em Capão Novo foi inaugurado em 5 de agosto de 1988, durante a gestão do reitor Francisco Ferraz. Segundo a diretora, esse espaço também teve mudanças em infraestrutura, dentre as quais a instalação de piscinas para crianças e adultos, uma cancha de bocha e uma quadra de vôlei gramada. O Centro também dispõe de mesas de pingue-pongue e snooker e de um galpão com churrasqueira.

As diferenças – Uma das transformações mais visíveis para quem conhece a colônia de Tramandaí de longa data é a sua cor. Muitos devem lembrar do prédio localizado na Avenida da Igreja todo em azul. “Agora ela é cor de areia mais clarinha”, esclarece o seu zelador, Edson da Silva Bica, que também recorda da colocação de televisores nos quartos como opção de entretenimento para os frequentadores e da instalação de ventiladores de teto há cerca de seis anos a fim de aumentar o conforto dos hóspedes.

Bica começou a trabalhar na Colônia de Férias em 1997 como segurança. Entre 1999 e 2000, foi para Capão Novo, onde permaneceu como administrador do Centro de Lazer por seis anos. O atual zelador de Tramandaí afirma que o local está há três anos sem o refeitório, que costumava servir café da manhã, almoço e janta. Anteriormente, o espaço para as refeições era mantido pela própria Universidade, mas foi terceirizado. Ele cita outras

reformas significativas como a calçada que foi feita ao redor da colônia e a instalação de telas e gradil.

Na própria forma de veraneio, Bica percebe uma alteração: “Antes, vinham bem mais crianças. Agora a colônia é muito tranquila”. A lotação dos apartamentos continua até março, quando a última turma de alunos e servidores sorteados tem o seu período de descanso e lazer garantidos. O zelador ressalta que o espaço em Tramandaí funciona durante o ano inteiro, quando recebe grupos de fora da UFRGS ou então hospeda, a partir do início do ano letivo, os alunos do curso de Biologia Marinha, instalado no Ceclimar.

Como funciona – Para se candidatar à hospedagem em Tramandaí ou Capão Novo nos meses de janeiro e fevereiro e na primeira semana de março, é necessário ter vínculo com a Universidade como aluno ou servidor (ativos, inativos e também pensio-

nistas). Funcionários terceirizados não têm direito a esse benefício. Os períodos disponíveis são de 10 dias. As inscrições devem ser feitas em novembro pelo endereço www.ufrgs.br/sae. As diárias para os estúdios de Capão Novo – que comportam até seis pessoas – no centro localizado na rua dos Gerânios, 4.236 custam R\$ 33. Em Tramandaí, o apartamento pequeno (1 dormitório, até cinco leitos) custa R\$ 20 por dia e o grande (2 quartos, até sete hóspedes) tem a diária de R\$ 30. Na colônia, ainda há a opção da ala coletiva (feminina e masculina), que custa R\$ 5 por dia. Para essa última modalidade, a reserva deve ser feita presencialmente na Casa do Estudante na capital (Av. João Pessoa, 41 - sala 15), para qualquer data do ano. Fora da temporada de veraneio, grupos ou instituições externas à comunidade acadêmica poderão hospedar-se, desde que previamente autorizados pela Divisão de Lazer, conforme informações da direção.

Veraneio com diversão garantida

As colônias de férias da UFRGS já marcaram a vida de muita gente. Isso pôde ser evidenciado na leitura do Perfil publicado em setembro passado pelo *Jornal da Universidade*. O diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe), docente da Faculdade de Economia da UFRGS e coordenador do curso de graduação tecnológica na modalidade a distância em Desenvolvimento Rural (Plageder) Lovois de Andrade Miguel contava as peripécias que aprontou ao lado dos quatro irmãos dos dois aos 18 anos de idade em Tramandaí. Seu pai era professor da Faculdade de Farmácia e sempre participava do sorteio de vagas para a ocupação dos apartamentos no verão.

Outro servidor que teve uma história cativa em Capão Novo foi o aposentado José Dirceu Souza Ferreira. Ele praticamente inaugurou o centro de lazer: “Fui um dos primeiros hóspedes de lá”. Desde 1989, por 15 anos, frequentou o local em todos os veraneios. Ele se inscrevia para os sorteios e ia com a família toda. “Os estúdios eram bem bons, equipados, o salão de festas também. Mais tarde o salão foi incrementado. Quando colocaram piscinas, aí eu nem ia mais.” Ele chegou a se hospedar depois de aposentado, mas fora de temporada.

Para Dirceu, enquanto servidor da Universidade, os estúdios eram uma opção muito interessante: “Capão Novo

sempre foi considerado muito superior a Tramandaí, que é quase um hotel”. Ex-funcionário da Proplan, na reitoria, se aposentou em 2006 e se mudou para Garopaba. Agora é outro o litoral que ele aprecia.

Luís Amaro Freitas é funcionário da UFRGS há 28 anos e veraneou na colônia de Tramandaí de 1985 até 2004. Atualmente trabalhando na central telefônica do Câmpus Centro ele diz ter feito muitas amizades em suas férias: “Criei bons amigos por lá, pessoas com as quais tenho contato até hoje. Costumávamos nos reunir em frente ao prédio e organizar churrascos, sair para dançar ou comer pizza”. Amaro lembra que, na época de carnaval, grupos de

pagode costumavam tocar na colônia e que, durante a temporada de verão, eram realizados bingos nas sextas e sábados. “Adorava me envolver na organização desses eventos. Até a biblioteca ajudei a organizar.” O técnico recorda ainda que sua primeira ida à colônia foi a bordo do “trovão azul”, famoso ônibus da Faculdade de Agronomia, numa viagem oportunizada pela própria Universidade. Ele, que sempre veraneou nos quartos coletivos, diz que hoje em dia o local tem uma infraestrutura melhor, mas confessa sentir saudade do tempo em que havia ali um restaurante. “À noite, mesmo durante o veraneio, costumavam servir uma sopa que era uma maravilha”, conclui.

A servidora Carmen Teresinha Frassa

compartilha com Amaro o sentimento pela ausência de um restaurante. “Acho que isso inclusive afastou alguns colegas que costumavam veraneio com a família, usufruindo da comodidade de ter um restaurante dentro da colônia”, observa. Ela costumava passar os verões com as duas filhas e a mãe em Tramandaí e diz que, para suas meninas, praia era sinônimo de colônia da UFRGS. Com 32 anos de trabalho na Universidade – praticamente sempre na Divisão de Controle de Cargos da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) – Carmen ressalta como pontos fortes do local a limpeza e a organização dos ambientes e conta que pretende passar uma temporada por lá no mês de março.

Especial

Um rumo para Porto Alegre

TEXTO CAROLINE DA SILVA E JOÃO FLORES DA CUNHA
FOTOS FLÁVIO DUTRA



Arquitetos e urbanistas da UFRGS sustentam que o crescimento do setor imobiliário sem planejamento urbano tem transformado a capital, impondo uma sobrecarga sobre a infraestrutura

Urbanismo Ritmo acelerado de construções pode criar problemas de difícil solução para as gerações futuras

Porto Alegre está crescendo. De acordo com o XIV Censo Imobiliário, levantamento que busca dimensionar o número de imóveis novos ofertados na capital, “em 2011 houve incremento de 3,51% no número de empreendimentos e de 15,74% no número de unidades à venda”. A conclusão do relatório do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) aponta que “essa evolução nos indicadores é consequência do bom momento do mercado imobiliário que estamos vivenciando”.

Boa parte desse crescimento deve-se à expansão do crédito imobiliário. De acordo com Pedro Lacerda, gerente regional da Caixa Econômica Federal – banco responsável por quase 80% do financiamento habitacional no país –, houve um “aumento muito brusco de financiamentos” nos últimos anos. Desde 2004, segundo ele, uma série de medidas tanto do governo quanto da Caixa facilitou o acesso da população ao crédito para comprar imóveis – e a situação econômica do país também contribuiu muito. “Tendo um emprego estável, renda e crédito por parte do governo – seja pelo fundo de garantia (FGTS) ou pela poupança –, as pessoas se sentem seguras para entrar em um financiamento de longo prazo”, afirma, ressaltando que o valor deste acaba se assemelhando ao do aluguel. “A situação é favorável. A nossa legislação nos dá uma garantia muito

grande. O crédito é concedido dentro da capacidade de pagamento de cada beneficiário. Ele adquire o empreendimento comprometendo no máximo 30% da renda bruta da família – um valor, para a habitação, plenamente factível”, completa Lacerda.

Adensamento – De acordo com Carlos Ribeiro Furtado, professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da UFRGS, o processo de verticalização de Porto Alegre é mais acentuado atualmente do que em décadas passadas. “As cidades hoje crescem mais em altura do que em expansão geográfica (de território). Essa é uma tendência mundial”, diz.

“Todo crescimento imobiliário implica transformações importantes no espaço urbano e da infraestrutura da cidade”, afirma Gilberto Flores Cabral, professor do departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade. Mas isso não significa necessariamente expansão: “Pode ser adensamento, que gera sobrecarga na infraestrutura, que é responsabilidade do poder público”. O adensamento é a concentração populacional em determinadas áreas da cidade. Se não for acompanhado de obras para atender ao aumento da demanda, esse fenômeno causa problemas que vão desde o saneamento até a mobilidade urbana. É o que está acontecendo em Porto Alegre.

Para Mauro Defferrari, também professor da Faculdade de Arquitetura, o que ocorre na capital hoje é “um processo de construção desenfreada que reforça o adensamento verticalizado”. Uma das consequências disso, na opinião do docente, é o “esgotamento da rua”. “A mentalidade que grassa dentro de nossos órgãos administrativos, no âmbito do Plano Diretor, continua muito vinculada àquela modernista, que é a de segregação entre zonas – como em Brasília – para morar, trabalhar ou lazer. Não existe integração, só segregação – que é a base da violência urbana. Se a rua só

tem comércio, a partir de uma determinada hora ela está morta porque o comércio fecha. A verticalização, no modelo que está sendo feito em Porto Alegre, desumaniza e mata a rua – que se torna um lugar onde não há nada, um não lugar. O espaço público passa a ser terra de ninguém”. Para ele, “é necessário, urgentemente, repensar o modelo de gestão urbana de Porto Alegre, porque ele atende ao interesse de quem constrói, e não ao de quem mora, ao de quem vive”. A cidade deveria ser repensada “em todos os níveis”, afirma Defferrari, para quem “não existe solução sem conscientização pública”.

Conforme Furtado, “na falta do planejamento urbano, o solo é distribuído entre usos competitivos pelo mecanismo de preço e a interação da oferta e procura. Nessa situação de livre mercado, o solo urbano é utilizado de forma que se possa extrair o maior retorno esperado sobre um previsível período de tempo. Mas a experiência tem demonstrado que, sem controle, o mercado pode consumir recursos de forma dispendiosa e rápida, criando problemas quase insolúveis para as gerações futuras. A competição engendrada no setor privado pode produzir desperdícios, pois o empreendedor, procurando maximizar o seu lucro, frequentemente negligencia a provisão dos serviços sociais e das utilidades públicas necessárias”. Ele ressalta que a função do planejamento urbano “não é restringir a atividade do capital, mas ajudá-lo, tornando as cidades mais eficientes e justas econômica e socialmente”.

Urbanidade – “Aquilo que se conhece como qualidade de vida na cidade está mudando radicalmente. O que a gente chama de planejamento urbano tem muito pouco a ver com *urbanidade*, que é o conceito-base do urbanismo: o grau de acolhimento que a cidade oferece aos seus habitantes. Se tu pensares dentro desse caráter, o bem mais precioso que há nas cidades é o espaço público. O que está aconte-

cendo hoje no mercado imobiliário é o total esquecimento da urbanidade”, sustenta Douglas Vieira de Aguiar, professor do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (Propar) da UFRGS.

“O que existe é um foco predominante no lado privado da equação urbana. Se tu considerares a cidade como um binômio de espaço público e privado, automaticamente vais perceber que tudo o que tu fizeres no espaço privado vai implicar uma transformação no espaço público. Há um equívoco de valorização extrema do lado privado dessa equação e um descuido atroz com o lado público da questão. Dependendo da área da cidade, existe um adensamento total dos quarteirões. Extrair o máximo do lote em termos de construção: esse é o pensamento”, reitera o docente. “Fazem-se coisas em nome do urbanismo que são altamente desurbanas”.

Aguiar afirma que “o mercado imobiliário e as medidas que a prefeitura permitiu que aquele assumisse resultam em uma cidade para o automóvel, inóspita para o pedestre e cada vez mais fundada em bolsões de segregação. Dois exemplos disso são o condomínio fechado e a favela. A vida intramuros condominial não tem a riqueza da vida no espaço público. Já a favela, pela própria liberdade de concepção e capacidade de auto-organização, é uma entidade que tende a ser uma usina da economia informal. É algo novo e positivo: a urbanização informal. Não fosse por isso, haveria uma situação insustentável de habitação popular”.

Para o professor, a sociedade está “extremamente dividida”, e a cidade, “rachada”. “Há muitas pessoas que dizem: ‘Faz anos que eu não vou ao Centro – graças a Deus’. Levam as suas vidas de modo desurbano – e bem. Vivem em volta do carro e do condomínio. Não querem saber da integração espacial e temem a perspectiva, ainda que virtual, da integração social. Esse é o mundo que a classe pequeno-burguesa criou para si. Mas a sociedade

democrática necessariamente implica o convívio com o outro”, afirma.

De acordo com Defferrari, “o adensamento é um tiro no pé: a qualidade de vida escora pelo ralo. Os brasileiros acreditam mais em vender m² do que em valorizar o uso humano do espaço”. Para ele, um exemplo dessa inversão de valores é o fato de o câmpus central da Universidade ser utilizado como estacionamento, um “depósito de objetos privados que ficam lá parados o dia inteiro, ocupando o espaço de gente”. A solução seria colocar os automóveis no subsolo. “O preço de fazer isso é absurdamente baixo comparado ao impacto humano envolvido. Não existe custo que não justifique tirar os carros de cima do câmpus para que as pessoas o usem”, argumenta o professor.

Futuro – Segundo Gilberto Cabral, o Brasil tem hoje possibilidades “concretas e objetivas” de ter um planejamento urbano – ao contrário de meados do século do XX, quando houve um grande crescimento das cidades em um intervalo de tempo “extremamente curto”. Isso causou uma “desestruturação da cidade” com efeitos no transporte, na habitação e na infraestrutura – “fundamentais para a qualidade de vida da população”, ressalta.

“Precisamos resolver os problemas que herdamos daquela época e projetar uma infraestrutura que permita ao Brasil se preparar para o futuro. A cidade é o elo de inserção do país em um novo contexto mundial. Ela é estratégica por ser o lugar essencial onde se cria a nova matriz de desenvolvimento avançado”, afirma o professor, citando “setores tipicamente urbanos, como indústrias ligadas à ciência e tecnologia, e serviços dinâmicos, como os de entretenimento e turismo – que têm a ver com as pessoas estarem no mesmo espaço” e dependem da criatividade que surge da interação entre elas. “É um desafio que a gente pode e deve enfrentar – mas vai exigir um grande esforço”, completa.

“A verticalização, no modelo que está sendo feito em Porto Alegre, desumaniza e mata a rua – que se torna um não lugar”
Mauro Defferrari

Brilho à beira do Guaíba

Em 2008, foi inaugurado no bairro Cristal o BarraShoppingSul, com a intenção de mudar o paradigma da cidade, apresentando uma opção para os moradores da Zona Sul. Considerando a localização privilegiada, a empresa responsável por esse empreendimento lançou em agosto do ano passado um prédio comercial na área de estacionamento do centro de compras. O Valor Geral de Vendas (VGV) da Cristal Tower foi estimado em R\$ 82,2 milhões.

Como aposta em um desenvolvimento ainda maior, foi anunciado o lançamento de duas novas torres para venda: uma de escritórios – Diamond Tower – e uma residencial – Résidence Du Lac –, ambas integradas ao shopping. “Além da localização, do design e do padrão de alto luxo dos empreendimentos da Multiplan, as torres se conectam ao BarraShoppingSul, num projeto exclusivo multiuso, que traz conveniência e funcionalidade”, afirma o Superintendente de Incorporação da empresa, Pedro Côrtes. “A cidade de Porto Alegre tem claramente um vetor de crescimento significativo apontado para a Zona Sul. O próprio BarraShoppingSul impulsiona fortemente o crescimento da região. Com o complemento do complexo, pela construção das torres de alto padrão, o bairro passa a ter uma referência de qualificação da área.”

Os anúncios publicitários prometem ao consumidor uma “vista eterna para o Guaíba”. Côrtes explica que esse é um dos principais cartões-postais de Porto Alegre: “Pouquíssimos empreendimentos podem proporcionar este privilégio, e apenas as torres do Complexo BarraShoppingSul têm uma vista tão próxima e frontal do lago”.

Os projetos arquitetônicos dos três prédios optam pela fachada em pele de vidro. Para o Superintendente, além de proporcionar uma estética moderna e alta qualidade ao empreendimento, a pele de vidro “proporciona um conforto térmico interessante”, “mas o principal diferencial é o morador poder desfrutar 100% da fantástica vista”.

O arquiteto e professor da UFRGS Mauro Defferrari relata que a pele de vidro faz sentido em países muito frios. “Comprou-se o modelo, que hoje referencia sofisticação e sucesso nos negócios. Eles são absurdamente contraproducentes do ponto de vista de eficiência energética. Um edifício todo de vidro consome energia como uma cidade, porque eles criam um efeito estufa. No nosso clima, só funcionam a base de ar-condicionado muito bem dimensionado. E o ar-condicionado é uma coisa que consome muita energia, para conseguir resfriar o ambiente”. O professor Douglas de Aguiar afirma que a orientação oeste da torre oferece uma “insolação inclemente em todas as estações”.

Mauro Defferrari esclarece que o vidro esquenta ao contato com o sol: “Ele é uma espécie de radiador térmico. É a mesma coisa que ligar uma estufa e um ar-condicionado ao mesmo tempo. Só que a estufa está de graça, mas o ar condicionado é pago. O edifício de vidro sem um fator de sombra é a coisa mais maluca que algum arquiteto possa desenhar. A quantidade de calor que entra no ambiente é triplicada quando tem uma persiana interna. Tem que ter uma sombra para o sol não bater no vidro. Os edifícios verdes feitos no mundo têm uma máscara para criar sombra. Aqui não se faz porque tem um custo”.

O superintendente da Multiplan informou que a empresa não comenta valores comerciais. Em visita ao espaço decorado junto ao shopping, a reportagem foi informada de que algumas unidades já haviam sido vendidas e ainda havia outras disponíveis para os prédios cuja construção inicia em março e a

entrega está prometida para o primeiro semestre de 2014. O Valor Geral de Vendas para os 40 apartamentos de 61 m² e 80 m² e os 160 studios de 43,5 e 52 m² do Résidence Du Lac é estimado em R\$ 101,6 milhões. Para o Diamond Tower (273 unidades comerciais), o VGV previsto é de R\$ 121,9 milhões.

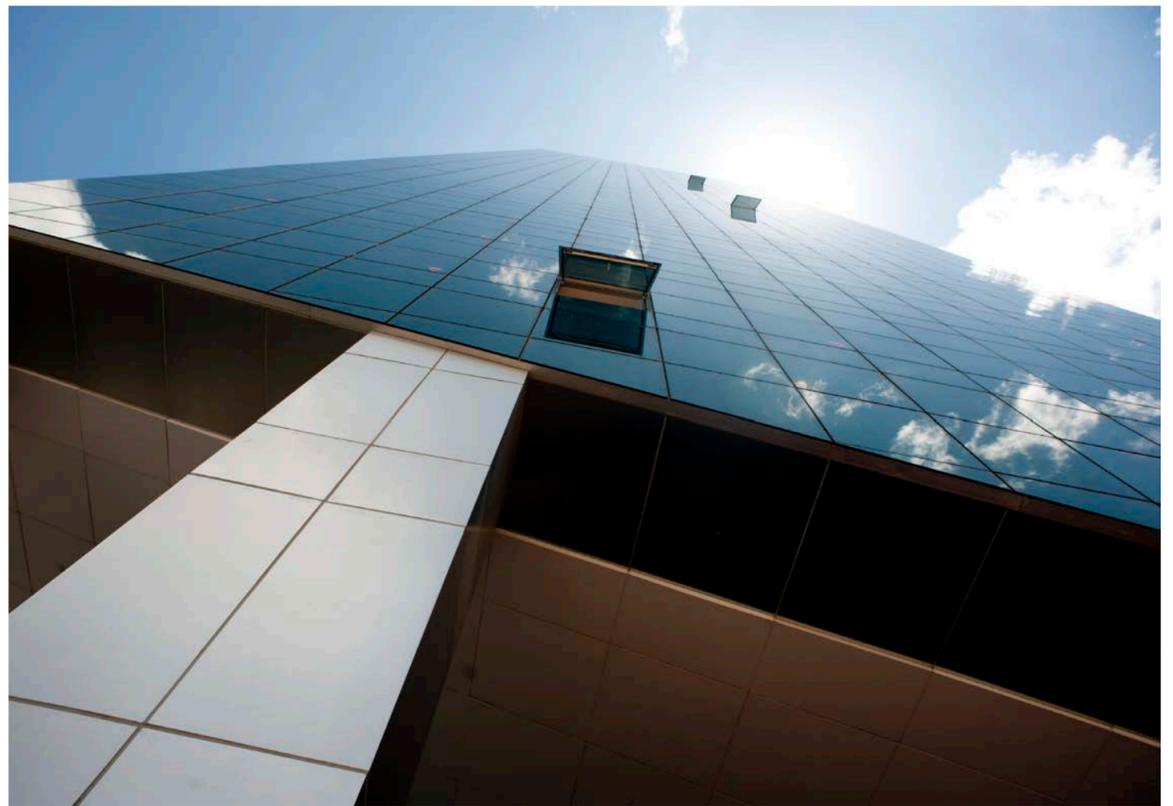
Já a torre que está pronta e em funcionamento oferece 290 unidades. “Cerca de 30 salas estão em uso e perto de 50 em obras. A ocupação do prédio segue os padrões de mercado, e estima-se que estará totalmente em uso em até dois anos”, diz Côrtes. Em visita ao prédio, a reportagem colheu a informação de que somente 13 salas da Cristal Tower estavam ocupadas – e observou que em horário de almoço o movimento era muito baixo.

Sobre o público dos empreendimentos, questionado se a capital gaúcha tem comprador para tanto luxo, o Superintendente respondeu que “o Complexo BarraShoppingSul é formado pelas classes A/B. Porto Alegre possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das metrópoles brasileiras. É uma das cidades com maior potencial para atração de investimentos, com PIB de R\$ 30 bilhões”.

O exemplo de um grande empreendimento privado na orla do Guaíba aponta para a necessidade de refletir sobre a relação

de Porto Alegre com o rio. Segundo Defferrari, “a cidade tem um discurso ambivalente sobre a orla do Guaíba. Diz-se que aquela área tem que ser pública e, quando alguém tenta fazer algo privado, como no caso do Pontal do Estaleiro, ‘cai a casa’. Por outro lado, o poder público vira as costas para a orla – o espaço mais nobre da cidade –, e ela fica abandonada. Ninguém consegue resolver essa situação sem se deparar com culpas e dificuldades culturais”.

“Por razões não muito claras, a regulamentação de uso e a definição de diretrizes para a ocupação da orla do Guaíba até hoje não fazem parte de um plano consistente. Isso dá ao setor imobiliário mais ‘flexibilidade’ para as suas propostas de ocupação. Veja a recente proposta para a área portuária e parte do restante da orla do Guaíba: o que sabemos sobre o projeto? Existe alguma proposta em discussão que mostre claramente o projeto e o seu impacto na região? De que forma a proposta se integra à cidade ou, pelo menos, ao seu entorno imediato? Qual o impacto na infraestrutura existente?”, questiona o professor Carlos Ribeiro Furtado. O JU entrou em contato com o Gabinete de Assuntos Especiais da prefeitura de Porto Alegre – responsável pelo projeto de revitalização da orla do Guaíba – e enviou perguntas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



A reportagem do JU constatou que a Cristal Tower, situada no Complexo BarraShoppingSul, tem baixa ocupação

Pesquisa identifica indícios de lavagem de dinheiro

Quem circula pela capital tem a sensação de que a cidade vive sob o pó do cimento e o barulho das betoneiras. De uma hora para outra, em diversas zonas de Porto Alegre, grandes prédios aparecem prontos e com placas de “Vende”. Segundo dados do Sindicato das Empresas Administradoras de Imóveis e Condomínios do Rio Grande do Sul (Secovi/RS) e da Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário (Agademi), o número de imóveis novos comercializados por ano passou de 3.798 em 2007 a 5.679 em 2010. Já a área em metros quadrados vistoriada pela prefeitura para imóveis novos foi de 1.230.790 em 2010 em comparação a 833.830 em 2007.

Como elucidar esse crescimento tão acelerado? Mauro Salvo, doutor em Economia pela UFRGS, cita como possíveis causas o aumento de renda e a inclusão de parte da população no mercado consumidor, além da maior oferta de crédito (apesar de verificar que as taxas de juros reduziram-se muito pouco e que o crédito imobiliário ainda é caro no Brasil).

No entanto, ele observou que, para o caso da capital, existem algumas variáveis que apontam no sentido oposto. Ele avalia que o aumento da renda do Brasil e do

estado foi bem menor que o acréscimo das vendas dos imóveis novos, que o PIB per capita de Porto Alegre é de aproximadamente R\$ 25 mil por ano e que as vendas de imóveis usados e a locação de imóveis também têm aumentado.

“Como explicar, se boa parte da oferta de imóveis novos se dá para valores acima de R\$ 367 mil, justamente numa faixa na qual as condições de crédito não melhoraram tanto como nas faixas menores e para a qual se necessita de renda em torno de R\$ 13 mil, se em Porto Alegre temos apenas 6.222 famílias com este nível de renda?”, questiona o pesquisador.

Conforme o mesmo levantamento do Panorama Imobiliário do Secovi/RS-Agademi, a população da cidade em 2009 era de 1.436.123 e diminuiu para 1.409.939 em 2010. Por outro lado, a quantidade de domicílios tem crescido e o número de moradores por residência passou de 2,90 em 2008 para 2,81 em 2010 – último ano da pesquisa.

Diante desses impasses, Salvo resolveu

investigar a possibilidade de ações de lavagem de dinheiro no setor porto-alegrense. “Quando falamos em lavagem de dinheiro está implícita a ideia de crime precedente. O mercado imobiliário é muito procurado, pois oferece facilidades para este tipo de negócio criminoso. Os principais indícios (há outros) de lavagem de dinheiro seriam transações rápidas de compra e venda,

Economista alerta para a vulnerabilidade desse ramo de negócios

transações realizadas em espécie, variações bruscas nos preços. Embora haja uma referência de mercado, o vendedor pode definir o preço que bem entender para constar da documentação do Imposto de Renda. Ou seja: regiões ou bairros ou tipos de apartamentos em grandes cidades podem estar sofrendo bruscas alterações de preços por conta de operações de lavagem”, alerta.

O economista, que também é analista do Banco Central, esclarece que outra forma muito comum de praticar esse crime é a venda fraudulenta de propriedade imobiliária: “O agente, por exemplo, compra um imóvel e declara ter pago valor infinitamen-

te menor. Paga a diferença ao vendedor ‘por debaixo do pano’. Depois, após alegar haver realizado reformas que valorizam o imóvel (às vezes mentirosamente e às vezes realizando reformas com custo muito menor do que o verdadeiramente gasto), vende-o pelo preço normal de mercado, transformando aquela diferença em ativo (lucro)”.

Salvo identificou duas formas de possibilidade de ocorrência desse ilícito. Na primeira, as pessoas físicas ou jurídicas ligadas ao mercado imobiliário (corretores, imobiliárias, construtoras e incorporadoras) estariam sendo utilizadas, sem saber, por criminosos que buscam realizar operações no setor para lavar dinheiro. Já na segunda possibilidade, a empresa ou o corretor está ciente da intenção de seu cliente e incentiva a efetivação da lavagem de dinheiro em seus negócios, inclusive prospectando “clientes” com esse perfil criminoso.

“Somente uma fiscalização mais atuante e estudos mais profundos poderão transformar os indícios em evidências que identifiquem pessoas e organizações criminosas que por ventura estejam atuando”, conclui o economista, que ressalta não estar fazendo uma denúncia, mas alertando para a vulnerabilidade desse ramo de negócios.



U.S. ARMY / CPL. JORDAN JOHNSON



Pela porta dos fundos

Soldados dos Estados Unidos e do Kuwait fecham portão na fronteira com o Iraque após passagem do último comboio militar, em dezembro de 2011, encerrando quase nove anos de ocupação

Iraque Retirada das tropas estadunidenses é apenas mais um capítulo da guerra

No início da manhã de 19 de março de 2003, sirenes ecoavam nas ruas de Bagdá, capital do Iraque. Já se haviam passado noventa minutos do prazo dado pelos Estados Unidos para que o ditador Saddam Hussein se entregasse e deixasse o país. Antes de expirar o ultimato, a zona de exclusão no sul do país – área patrulhada desde a Guerra do Golfo, de 1991 – já havia sido atacada. Dois milhões de panfletos explicando como desertar foram lançados sobre as tropas iraquianas.

No dia seguinte, o presidente George W. Bush, mesmo sem o aval da Organização das Nações Unidas (ONU) e o apoio dos principais integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – à exceção do Reino Unido –, declarou guerra e anunciou o começo da operação *Iraq Freedom*. Os vinte dias seguintes seriam marcados pelo uso intenso da força aérea, com

ataques concentrados em Bagdá. Nesse período, prédios civis foram atingidos, inclusive um hospital maternidade do Crescente Vermelho, organização humanitária internacional, deixando dezenas de mortos.

Por terra, as tropas chegaram à capital, e o maior palácio presidencial foi ocupado no início de abril. No dia 9, a derrubada da estátua de Saddam, no centro da cidade, simbolizou a queda do regime que durava vinte e quatro anos. O ditador, entretanto, permaneceu desaparecido. Ele seria capturado somente no final do ano, em Tikrit, em um esconderijo subterrâneo. Seus filhos foram mortos no final de julho em Mossul. Em 2006, aos 69 anos, Hussein foi enforcado depois de ser condenado por crimes contra a humanidade e pela participação no assassinato de 148 pessoas na cidade de Dujail em 1982. O julgamento foi feito pelo Supremo Tribunal Criminal Iraquiano.

As ofensivas se basearam em duas alegações do governo norte-americano que, em seguida, se mostraram falsas. De acordo com o Pentágono, o Iraque possuía armas de destruição em massa e Saddam Hussein tinha ligações com a rede terrorista Al-Qaeda, responsável pelos atentados contra o *World Trade Center* em setembro de 2001. Em dezembro passado, nove anos depois do

início de uma guerra que lhes custou cerca de 1 trilhão de dólares, sem comprovar nenhuma de suas motivações para começá-la, os Estados Unidos decretaram o fim do conflito. Para o povo iraquiano, os desafios são imensos, e a retirada das tropas estrangeiras é apenas mais um capítulo de sua turbulenta história.

Fim? – “A guerra não acabou. Os Estados Unidos querem que se mantenha a aparência de normalidade, mas a saída é só uma etapa no processo. Para sair, os norte-americanos fizeram enormes concessões a grupos que eles não desejavam que voltassem a ter papel relevante. A estabilização do Iraque requer investimentos e certo tipo de acomodação com os países vizinhos”, afirma o coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, Paulo Fagundes Vizentini.

Para o docente, a intervenção no Iraque aconteceu devido a uma “elevada postura unilateral”, baseada em pelo menos três motivos: interesse no petróleo em solo iraquiano para manter controle sobre o volume e o preço do mineral – a nação possui a terceira maior reserva mundial; a necessidade de restabelecer presença no Oriente Médio, já que as bases estadunidenses na Arábia Saudita foram fechadas; e a instalação de um

“cerco” ao Irã, que faz fronteira com o Iraque.

Vizentini também lembra que a ocupação poderia separar dois cenários que favoreciam o aumento do fluxo econômico e da importância da Eurásia: de um lado, a Europa estava crescendo e se tornando mais autônoma; por outro, enquanto Índia e China se destacavam como polos de grande crescimento, a Rússia e a Ásia Central representavam países com alto potencial energético. “A estratégia montada não deu certo. Os Estados Unidos conseguiram mudar regimes, mas a região segue turbulenta e incerta. O fato das tropas norte-americanas ficarem todo esse tempo e não conseguirem uma vitória decisiva do ponto de vista militar também é muito importante para o Irã”, completa.

Segundo a ONG *Iraq Body Count*, o número de civis mortos devido à violência, de março de 2003 a 1.º de janeiro de 2012, é de aproximadamente 114 mil. Incluindo os dados oficiais de soldados iraquianos e da coligação invasora, o total de mortes pode chegar a 162 mil pessoas – 79% civis. As dificuldades de controlar a violência reverberaram nas prisões. A divulgação de vídeos e fotos em que militares da coalizão internacional aparecem torturando prisioneiros na prisão de Abu Ghraib gerou revolta em organismos de defesa dos di-

reitos humanos e piorou a já conturbada relação com a população local. Além disso, estima-se que mais de 3 milhões de iraquianos estejam refugiados.

Em discurso após a cerimônia de retirada das tropas, o presidente Barack Obama afirmou que os Estados Unidos deixam para trás “um país soberano, estável e autossustentável”. Apesar desse tom otimista, dados do Comitê de Coordenação de ONGs no Iraque (NCCI, sigla em inglês) mostram o tamanho do desafio para recuperar o país, que, mesmo antes da guerra, já apresentava dificuldades devido aos embargos internacionais. Além de problemas de abastecimento de energia e água, a maioria da população tem apenas seis horas diárias de eletricidade, e um em cada quatro cidadãos não tem acesso à água potável – 80% do esgoto não é tratado. Ainda de acordo com a NCCI, quase um terço da população vive com menos de dois dólares por dia. Os conflitos entre a maioria xiita, agora no poder e apoiada pelo Irã, e a minoria sunita – antiga elite – também preocupam. “As notícias só diminuíram de tamanho. Mas os atentados e as mortes continuam da mesma forma. É uma época de guerra nova”, diz Vizentini.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 7º semestre de Jornalismo da Fabco

Entrevista “Tenho dificuldades em ver o fim da guerra”

Gérson Brandão Azevedo esteve no Iraque em 2003. Como coordenador da ONG britânica Merlin, o brasileiro trabalhou no projeto de reconstrução de sete centros de saúde e de fornecimento de material médico hospitalar nas cidades de Fallujah e Bagdá – duas das mais afetadas pelo conflito – e no apoio ao setor de pediatria do Hospital de Sadr City, maior bairro xiita da capital iraquiana. Durante seis anos como funcionário do escritório de Assuntos Humanitários da ONU, prestou serviços em zonas conturbadas na República Democrática do Congo, Sri Lanka e Colômbia. Atualmente, ele desenvolve projetos acadêmicos na Universidade de Liverpool, na Inglaterra, sobre gestão de recursos humanos em situações de emergência e proteção de civis em conflitos armados. Em entrevista ao JU, Azevedo relatou sua experiência no Iraque.

A guerra acabou?

Quando penso no compromisso assumido pelo presidente Bush em março de 2003 de entregar o mais rápido possível o controle de um país estável e unido aos iraquianos ou nas promessas de melhorias

na segurança feitas aos trabalhadores humanitários em julho de 2003 pelo embaixador Paul Bremer, infelizmente, tenho dificuldades em ver o fim da guerra.

Que cenários você encontrou nas cidades de Fallujah e Bagdá?

Fallujah era uma cidade completamente hostil aos estrangeiros. Em minha primeira visita a um dos centros de saúde, me perguntaram, agressivamente, a nacionalidade e deixaram claro que preferiam ter iraquianos como interlocutores. Mais tarde, meus colegas iraquianos me contaram histórias de militares estrangeiros que perguntavam se não havia bares ou discotecas onde eles poderiam beber algo. Esse tipo de pergunta obviamente enfurecia a tradicional população daquela cidade [já que o islamismo proíbe o consumo de álcool]. Em Bagdá, a frustração devido às dificuldades para comprar combustível ou a submissão aos numerosos controles nas ruas da capital impostos pelos militares da força de ocupação exasperavam a população e criavam um ambiente de tensão que aumentava a cada dia.

Qual a sua sensação ao conviver com o povo iraquiano?

A tensão crescente entre as forças de ocupação e a população local aumentava o risco de estar no lugar errado na hora errada. Os iraquianos com quem eu trabalhava eram pessoas abertas e acolhedoras. Eles contavam com muito orgulho histórias de um país com herança cultural e dinâmicas sociais únicas. Meus amigos e colegas falavam da importância de combater a corrupção, valorizar o papel da mulher e construir um país unido. Outras pessoas olhavam para os estrangeiros com desconfiança, regularmente fazendo menção à objeção de ter que viver sob nova ditadura após a queda de Saddam Hussein.

Você teve contato com os soldados norte-americanos? Como era o envolvimento deles com a guerra?

Em todos os níveis, do soldado que encontrava nas ruas aos coronéis e generais com quem tinha reuniões de trabalho, percebi certo desconforto e desconhecimento ao tratar de temas como assistência aos serviços básicos ou o futuro do país.

Quando discutíamos segurança, os militares falavam com convicção que a situação melhoraria, porém os planos ou as etapas nunca eram apresentados com objetividade. Também muitas vezes tive a impressão de que a queda de Saddam Hussein era a única missão a ser cumprida, e que a gestão do país no pós-guerra seria uma missão “divina”.

A guerra aumenta mais ainda o fosso cultural entre o Ocidente e o mundo muçulmano?

A guerra no Iraque fica como uma lição da necessidade de privilegiar o diálogo e não a força, assim como a necessidade de respeitar um país estrangeiro e uma cultura desconhecida. Os iraquianos com quem falo até hoje não se sentiram parte de um processo consultivo. Não havia muita clareza sobre como seus anseios seriam discutidos com a força de ocupação. Então, rapidamente, nasceu a ideia de que o país vivia sob uma nova ditadura, e a liberdade tornou-se um conceito abstrato. Afinal, os iraquianos, devido à desordem e à violência, ainda não podiam andar livremente em seu país.



Pesquisadores do Instituto de Química desaconselham o uso de recipientes de plástico para aquecer alimentos em microondas



FLAVIO DUTRA/JU

Consumo vigiado

Plásticos *As vantagens e desvantagens de seu uso e como lidar melhor com a enorme quantidade que produzimos*

Ele está por todos os lados: em utensílios de cozinha, eletrodomésticos, calçados, brinquedos, tubos, material hospitalar, fibras têxteis. Criado em 1862 pelo metalúrgico inglês Alexander Parkes, o plástico provocou inúmeras mudanças na sociedade, substituindo gradativamente o aço e dando mais leveza e durabilidade aos utensílios domésticos.

Para se ter uma ideia da presença desse polímero em nosso cotidiano, só em Porto Alegre, das 1.920 toneladas de resíduos sólidos coletados por mês em 2011, 40% era formada apenas por plásticos, segundo o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Entretanto, pela dificuldade de biodegração, garrafas de refrigerante levam mais de 200 anos para se decompor -, o uso e o descarte crescente desse tipo de material passou a ser questionado por ambientalistas. Mesmo hoje, com o aprimoramento das tecnologias de reciclagem, o plástico ainda divide opiniões.

Prós e contras – “Hoje tu não vives sem plástico. Na parte social e econômica, ele está relacionado a empregos, à renda e ao PIB”, explica Cesar Petzhold, professor do Instituto de Química da UFRGS. Organizados em associações ou cooperativas, milhares de trabalhadores espalhados pelo país separam e vendem materiais como plástico, papel, vidro e isopor para indústrias de reciclagem e/ou reaproveitamento.

Ruth Campomanes, docente do Departamento de Engenharia de Materiais da UFRGS, destaca a baixa reatividade dos polímeros: “Geralmente eles não absorvem umidade e não são atacados tão facilmente por meios ácidos e alcalinos”. Além de serem isolantes térmicos e elétricos, os plásticos, que geralmente são obtidos a partir do petróleo, também são mais leves em relação à maioria dos materiais e

podem ser reciclados com um consumo menor de energia se comparados com o reprocessamento de metais e cerâmicas.

Para o professor Darci Campani, coordenador do Sistema de Gestão Ambiental da UFRGS, a sua principal vantagem é a praticidade. Entretanto, ele alerta que, além de os efeitos químicos causados pelo plástico no corpo humano não serem conhecidos, esse material estimula uma “cultura do descarte”: “O plástico foi criado num estágio de desenvolvimento econômico em que a espécie humana procurava algo que lhe desse maior descartabilidade. Nós não podemos demonizar o plástico, mas ele representa uma cultura que só pode existir por causa dele”.

Campani comenta que essa realidade pode mudar um pouco com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em 2010 e que, entre outras medidas, responsabiliza as empresas pelo recolhimento de seus produtos e dos resíduos pós-consumo, dando-lhes uma destinação ambientalmente adequada. O professor do curso de Ciências Biológicas da UFRGS Paulo Brack afirma que alguns setores da sociedade, dependentes do uso e dos ganhos econômicos possibilitados pelos polímeros, desconsideraram as críticas e a overdose atual desse material. “Mesmo que aproveitemos ou reciclamos, seu efeito ainda é poluente e exige décadas de cuidado”, salienta.

Em defesa de uma utilização maior do vidro, Paulo cita a enorme quantidade de plásticos encontrada em lagos, arroios e mares, o que compromete a biodiversidade. Segundo pesquisa feita em 2006 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estima-se que existam 46 mil fragmentos de plástico a cada 2,5 quilômetros quadrados da superfície dos oceanos. “Cabe ressaltar, entretanto, que o plástico, por ter densidade menor, é mais visível em

relação a outros materiais, como vidros e metais”, pondera Ruth.

A professora adverte que, quando não destinados à coleta seletiva, os polímeros podem comprometer a vida útil dos aterros sanitários. Por conta da sua alta resistência à biodegradação, esse material cria uma camada impermeável que impede a circulação de líquidos e gases necessários ao processo de decomposição dos materiais biologicamente degradáveis.

Destino certo – Uma maneira de minimizar os impactos ambientais causados pelos polímeros é conscientizar a população sobre a importância da reciclagem e da coleta seletiva. “Plástico não deve ir para os lixões. A biodegradação é o desperdício de um material nobre, que pode ser usado para outros fins”, enfatiza Cesar.

Segundo dados da Plastivida (en-

tidade que representa institucionalmente o setor de plásticos), cerca de 20% dos plásticos pós-consumo foram reciclados no Brasil em 2010, o que garantiu ao país a nona posição mundial na reciclagem de polímeros. Esse índice, porém, ainda é baixo se comparado com o percentual de alumínio reaproveitado (89%). Entre os estados, o Rio Grande do Sul ocupa a segunda posição (12%) no índice de reciclagem, com 86 empresas cadastradas, atrás de São Paulo (44%), que conta com 324. Campani aponta para a necessidade de, num primeiro momento, buscarmos reduzir a geração desse resíduo, seguindo a política dos três Rs: reduzir, reutilizar e reciclar.

Uma alternativa à reciclagem seriam os bioplásticos, produzidos a partir de matérias-primas orgânicas e que, em sua maioria, são biodegradáveis. “Sou a favor deles somente

para polímeros que são inviáveis de reciclar, mas não recomendaria para produtos que requerem maior tempo de vida útil, como carcaças de computadores, e para aqueles com alto valor agregado, tais como copos e garrafas”, argumenta Ruth.

Cesar julga que de nada adianta o material ser biodegradável se ele for parar em lixões, onde geralmente a decomposição ocorre sem a presença do oxigênio, liberando metano, um dos gases causadores do efeito estufa. O ideal, nesse caso, é descartá-lo numa composteira. “A melhor aplicação para esse polímero é na área da saúde, como um material biodegradável e biocompatível, usado para substituir tecidos, válvulas, artérias, etc.”, conclui o professor.

Daiane de David, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabco

Plástico não é material puro

Ainda se conhece pouco sobre os efeitos que o uso constante de produtos plásticos pode ter na saúde humana. Mesmo que a maioria dos estudos sobre o assunto envolva apenas experimentos com animais, os pesquisadores costumam indicar cautela na hora de utilizar polímeros, especialmente aqueles que têm contato direto com alimentos. “O plástico nunca é um material puro. Ele contém uma série de aditivos que aumentam o tempo de vida, a oxidação”, analisa Cesar Petzhold.

Um exemplo de substâncias cuja utilização está sendo revista são os ftalatos, uma família de compostos empregada para dar maior flexibilidade e maciez às resinas de policloreto de vinila (PVC), facilitando a produção de tubos e conexões para o transporte de água potável, fios, cabos, vestimentas, entre outros. Após pesquisas feitas com animais de laboratório demonstrarem que os ftalatos alteram a função endócrina,

a União Européia proibiu a presença de certas categorias desses compostos em brinquedos e artigos infantis.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vetou, em 2011, a fabricação e venda de mamadeiras contendo bisfenol A (BPA), um composto químico utilizado na fabricação de plásticos e resinas. Estudos em animais apontaram que a exposição a essa substância pode provocar alterações no sistema reprodutivo, infertilidade, puberdade precoce, entre outros problemas. Uma mamadeira livre do composto não deve ter os números 3 e 7 impressos no símbolo de reciclagem, que fica no fundo do recipiente.

As pessoas também devem estar atentas às informações que circulam na internet sobre plásticos e dioxina, substância tóxica, cancerígena e com efeito cumulativo no organismo. Essas mensagens afirmam que não devemos usar recipientes plásticos em micro-

ondas, congelar água em garrafas plásticas ou utilizar papel filme para cobrir alimentos, pois estaríamos liberando esse composto. Cesar esclarece que as dioxinas são formadas apenas pela combustão de matéria orgânica que contém cloro ou agentes clorados.

O tipo de plástico que pode liberar essa substância é o PVC. “Se tu pegas esse material e queimas de uma forma incorreta, fazendo uma fogueira, por exemplo, tu vais gerar dioxina. Essa dioxina vai para o ar e pode se depositar em alimentos e ser inalada”, explica o professor. Mesmo assegurando que a maioria das vasilhas plásticas de microondas é feita de polipropileno e tem sua fabricação controlada pela Anvisa, o pesquisador recomenda que as pessoas esquentem a comida em recipientes de vidro, pois a aceleração de partículas que ocorre dentro do forno pode expelir para o ambiente os aditivos usados no plástico.



LUISE MALMACEIDA/ARQUIVO PESSOAL



Alunos da UFRGS fazem a montagem da exposição *A medida do gesto*, da qual foram também curadores

Quem decide o que é arte?

Curador Profissional ocupa posição instável por ter de conciliar a lógica do campo das artes visuais com a da indústria do entretenimento

Everton Cardoso

“Isto é arte?... Quem disse?” As perguntas que normalmente vêm à mente da maioria dos visitantes de exposições de arte contemporânea são fruto, sobretudo, do estranhamento. Isso se deve, em boa medida, ao fato de que há muito a expressão artística não corresponde à imagem que a maioria das pessoas tem desse fazer, ainda atrelado a ideais como os de beleza, habilidade manual, harmonia e perfeição. Esses questionamentos, porém, têm sido recorrentes mesmo – e principalmente – no interior do campo artístico. Se antes era o fato de ter sido feito por um artista, com suas próprias mãos, o que tornava um objeto comum digno do nome de *obra*, a partir de meados do século XX, a ligação direta entre criador e criatura passou a ser questionada. Mas, então, o que diferencia o que é arte do que não é? E de onde vem essa definição?

A lógica da arte – O filósofo estadunidense Nelson Goodman propõe que a questão fundamental seja “quando é arte?”. É, pois, uma reflexão muito mais voltada para o contexto e as contingências que levam ao processo de consagração. Na mesma linha, o sociólogo francês Pierre Bourdieu descreve as dinâmicas do campo artístico a partir das lutas pelo acúmulo de um tipo de poder específico, o simbólico, ou seja, o prestígio e o reconhecimento obtidos por artistas e suas obras. De acordo com o pesquisador e professor da Universidade Federal da Bahia Antonio Albino Canelas Rubim, estariam incluídos

nesse processo de legitimação a análise, a crítica, o estudo, a investigação, a pesquisa e a reflexão.

No Brasil, até quase o final do século XX, críticos diletantes e, mais recentemente, docentes vinculados às universidades é que cumpriram, em boa medida, essa função. Seus textos publicados em jornais e revistas travavam o debate que contribuía para o estabelecimento da noção de arte em cada época e lugar. Nas últimas décadas, porém, a crítica de obras e exposições tem-se refugiado em veículos especializados e acadêmicos, já que o jornalismo tem privilegiado a divulgação de opções de entretenimento em vez das discussões estéticas. Por essa mesma razão, entre outras, a dinâmica de consagração nas artes se modificou e, de acordo com a curadora independente e professora do Instituto de Artes da UFRGS Ana Maria Albani de Carvalho, a exposição é que tem assumido esse papel. “No campo da arte, a valorização e a legitimação também ocorrem nas instituições que sediam as mostras, ou seja, os museus, as galerias e as bienais”, explica. Então, se por um lado, a crítica hoje cumpre esse papel no interior do campo de produção artística, os museus é que vão amplificar esse processo.

“Os museus e bienais precisam atingir grandes segmentos de público; não podem ficar fechados nesse mundo artístico”, enfatiza a professora e pesquisadora. No entanto, no interior do campo das artes visuais ainda se opera com uma lógica da cultura erudita. De acordo com Ana, essa característica dificulta o acesso de boa parte das pessoas:

“Isso envolve pesquisa e sofisticação, e oferece certa dificuldade”, explica. É por isso que museus, galerias e bienais precisam ter ciência de que falam ao público e que cada exposição é um discurso, diz algo. É, pois, a manifestação concreta de uma ideia. Volta-se, então, à dúvida: quem determina que discurso será esse? Obviamente, há museus de arte dos mais variados tipos e com as mais variadas formas de organização e hierarquia. Nos últimos anos, porém, uma figura tem-se tornado proeminente na concepção e realização de exposições: o curador.

Lugar de escolhas – De acordo com Ana Carvalho, esse profissional desempenha um papel significativo dentro do processo de consagração e legitimação. Como a função primordial do curador é escolher, ele acaba participando do processo de consagração. “É ele quem procura reconhecer se um artista ou obra é significativa”, esclarece. De acordo com o diretor do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MAC RS), André Venzon, o curador é aquele que “cuida através do olhar”. “É ele quem se preocupa quando e como o artista vai expor e como será a relação deste com o público por meio das etiquetas de identificação das obras e dos catálogos”, explica. No caso dos museus, os curadores são responsáveis por selecionar não só as obras que serão expostas, mas também por auxiliar na escolha de quais obras serão adquiridas para o acervo da instituição. No caso do MAC RS, essa função é desempenhada por um corpo curatorial composto por

professores-pesquisadores, curadores independentes e artistas. Frequentemente, membros desse grupo são designados para conceber exposições específicas.

Quando nomeado um curador – ou um grupo de curadores – para organizar um evento expositivo, espera-se que ele, antes de tudo, apresente um projeto. “Muitas vezes o projeto não está escrito, o curador o tem na cabeça. Isso dificulta um pouco quando são necessários recursos para viabilizar a exposição”, explica o diretor do MAC RS. Depois de aprovada a proposta, o profissional que concebeu a exposição deve produzir um texto curatorial que normalmente integra o material impresso, como catálogos, folhetos e releases para a imprensa. Esse texto ou parte dele muitas vezes é exposto junto às obras. Ainda é o curador quem deve definir quais obras comporão a mostra e de que forma a exposição será apresentada ao público.

De acordo com Ana Carvalho, a posição do curador é bastante instável, pois ele fica com um pé em cada lugar. “Fica entre duas lógicas: a que é específica do campo da arte e que envolve reconhecimento de valor, análise crítica; e a lógica da indústria cultural, do mundo do entretenimento e do público”, detalha. E adverte: “É um lugar difícil”. No entanto, o curador tem ganho espaço e notoriedade, sobretudo em grandes exposições e museus. “A curadoria qualifica o processo de seleção de obras, seja para aquisição, seja para exibição. É uma espécie de ‘certificado de qualidade’ para o trabalho”, ressalta André.

Na pele do curador

A experiência de ser curador de uma exposição foi vivida, em 2011, pelo grupo de oito estudantes da disciplina Laboratório de Museografia, ministrada pela professora Ana Carvalho no IA. De acordo com a docente, o mais comum é que os alunos – normalmente grupos de 20 – organizem exposições a partir do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, da UFRGS. A ideia foi “sair do conforto do lar”. A partir da parceria com o MAC RS, o grupo, então, mergulhou no acervo de 250 obras da instituição e propôs uma exposição.

Primeiramente, eles fizeram uma seleção a partir de reproduções digitalizadas das obras. Depois, visitaram a reserva técnica do museu para fazer a escolha final e chegaram a algumas conclusões: “Predomina a produção dos anos oitenta, que tem muito desenho e pintura. As obras têm a marca do gesto, a questão da geometria também, então foi por aí que caminhamos”, relata a professora. Daí surgiram o tema central e o nome da exposição: “A Medida do Gesto”. Uma maquete

do espaço expositivo com reproduções em escala menor dos trabalhos artísticos a serem expostos serviu para determinar a expografia, ou seja, de que forma os trabalhos seriam distribuídos na galeria.

Carlos Eduardo Galon, aluno da disciplina, relata que a experiência não foi muito fácil. “Lidar com o acervo do MAC RS é uma experiência única, trata-se do maior acervo de arte contemporânea produzida no nosso estado. Então, dividir as diversas etapas desse processo com as colegas de aula foi intenso e enriquecedor”, avalia. Segundo ele, a oportunidade serviu para entender bem o caráter multidisciplinar da função de um curador – que envolve arquitetura, artes visuais, cenografia, apoio pedagógico, comunicação e recursos financeiros. “Com o público, compartilhamos o resultado da nossa dedicação. Espero que gostem”, arremata. De acordo com André Venzon, a exposição foi encomendada para ser itinerante: ela passará por dez cidades no interior do estado até 2014.

JU indica

Os viajantes medievais da Rota da Seda

José Rivair Macedo (org.)
Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2011,
264 páginas,
R\$ 40



O termo *Rota da Seda* virou citação recorrente nos debates sobre a geopolítica moderna, sobretudo quando no centro da

questão está a sempre sedutora China e toda a vastidão asiática – riquíssima em fontes energéticas – que a separa da Europa. Mas essa permanente referência esconde a considerável ignorância que persiste (especialmente no Ocidente) sobre o tema. O historiador José Rivair Macedo, professor da UFRGS e organizador de *Os viajantes medievais da Rota da Seda*, resume o nosso comportamento desdenhoso: “Nesse ponto, reproduzimos a atitude dos eruditos europeus e norte-americanos, que pouco se interessam por assuntos em que o Ocidente não ocupe a posição central”. Guardamos em letras reluzentes na memória apenas o nome do veneziano Marco Polo – merecidamente, sem dúvida, na medida em que o relato do viajante italiano forneceu a base das poucas fontes sobre o Oriente durante a Idade Média. No entanto, as relações entre os “extremos da Terra” se desenvolvem num processo complexo, iniciado até mesmo antes da era cristã e conduzido por outros muitos personagens destacados, como o muçulmano Ibn Battuta, campeão em distâncias, ou o chinês Zheng He, hoje um herói nacional. Nesse contexto, não nos devem surpreender (tampouco chocar) expressões como “Extremo Ocidente”, que realocam conceitos e até mesmo valores nos quais o Ocidente não ocupa mais o centro – ou não mais o ocupa sozinho. A aguardada publicação de *Os viajantes medievais da Rota da Seda* pela Editora da UFRGS rompe com uma tendência eurocêntrica e, seja pelo próprio objeto de estudo “exótico” ou pelo nível de profundidade e qualidade a que se propôs, já é referência para estudo. Nascido de uma iniciativa estudantil, acabou por desembocar em projeto de pesquisa, reunindo professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS e de outras instituições do país que se dedicaram ao projeto por cinco anos (o livro teve de aguardar ainda algum tempo para ser publicado). A partir da análise de casos medievais particulares que manifestam os diversos caracteres das comunicações entre Leste e Oeste, os dez textos, auxiliados por rico material complementar, formam um amplo panorama das transações – pessoais, comerciais, culturais, religiosas – que cobrem espaço de tempo tão grande quanto o espaço geográfico em que ocorre.

(Juliano Bruni Pereira)

A Medida do Gesto

Local: MAC RS, no 6.º andar da Casa de Cultura Mario Quintana (Rua dos Andradas, 736)

Visitação: até 26 de fevereiro de 2012. Nas segundas, das 14h às 19h, de terças a sextas, das 10h às 19h, aos sábados, domingos e feriados, das 12h às 19h

Informações em www.macrs.blogspot e pelo telefone 3221-5900

Entrada franca



FLÁVIO DUTRA/JU



O oftalmologista José Eduardo Degrazia escreve desde a adolescência

Eles são médicos e escritores...

Literatura

Para responder a seus leitores sobre o duplo ofício de muitos de seus colegas, Waldomiro Manfroi chegou a interessantes constatações

Jacira Cabral da Silveira

Dois médicos assinam os primeiros romances escritos no Brasil: Joaquim Manuel de Macedo, com *A moreninha* (1844), e Caldre e Fião, autor de *A divina pastora* (1847). A primeira história retrata a vida urbana da cidade do Rio de Janeiro em formação, e a segunda desenvolve-se durante a Revolução Farroupilha. Enquanto a obra de Manuel de Macedo ganhou o mundo, e sua indicação de leitura é comum nas escolas ou na preparação para o vestibular, o livro de Caldre e Fião teve outra trajetória.

"Pela constante luta de José Antônio do Vale Caldre e Fião contra a abolição da escravatura e sua crítica mordaz aos farrapos, *A divina pastora* e *O corsário* [segunda obra do autor] desapareceram das bancas de jornais, das livrarias e das bibliotecas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul durante 160 anos", observa Waldomiro Manfroi, médico cardiologista e professor emérito da UFRGS que vem realizando pesquisa sobre o tema.

"Mas por que tantos médicos escrevem ficção?" é a pergunta mais fre-

quente que fazem a Manfroi em cada nova sessão de autógrafos. Hoje ele já consegue satisfazer mais seus interlocutores curiosos e tem compartilhado suas descobertas em palestras e seminários. A mais recente, ele proferiu em agosto do ano passado na Academia Sul-rio-grandense de Medicina: "Os nomes dos médicos escritores foram sendo incorporados pela lembrança dos livros que li, pela pesquisa que realizei e por informações de amigos. Mas longe está de ser completa. Se esse tema fosse discutido e escrito em outro estado brasileiro ou em outro país, a lista, com certeza, seria bem mais ampla e, talvez, diferente", comenta sobre seus resultados.

Médicos de homens e de almas

– De acordo com o poeta, historiador e professor de Literatura Guilhermino César, a recorrência de médicos na produção literária do país deve-se fortemente ao fato de que, à época, não havia no Brasil cursos de Letras. "As Escolas de Medicina eram verdadeiros berçários de escritores. Entretanto, mesmo após a disseminação das faculdades de letras, a Medicina tem legado à literatura escritores expoentes", escreveu Guilhermino em *Notícias do Rio Grande: Literatura*.

Manfroi encontra resposta num passado mais recente: "Em 1914, dois anos depois da fundação do Centro Acadêmico de Medicina de Porto Alegre, os alunos lançaram a revista *Vida e Arte*, na qual publicavam contos, poesias e desenhos satíricos", ilustra. Segundo ele, em 1937, Balbino Marques da Rocha satirizou a vida da Faculdade de Medicina nos versos de *Estância de Dom Sarmento*, publicada pela Editora Globo e que alcançaram grande repercussão dentro e fora da faculdade.

Mas ele também encontra respostas em tempos mais remotos: "Desde Hipócrates [pai da Medicina], os mé-

dicos trabalham com o corpo e com os sentimentos das pessoas. Registram suas queixas físicas e suas dores da alma. Nessa singular relação, convivem com milhares de seres humanos e com a desafiadora peculiaridade de que nenhuma pessoa é igual à outra. Então, com essa gama de trabalho e convivências, nunca limitaram suas escritas à descrição das doenças dos seus pacientes. Surge, portanto, a criação literária dos médicos".

Psicanalistas à frente – A partir do levantamento de Manfroi, constata-se o grande número de psicanalistas entre os médicos escritores – especialidade voltada não às doenças físicas, mas a questões de ordem emocional e psicológica. Muitos gaúchos já assistiram a espetáculos como *Bailei na curva* e *Se meu ponto G falasse*, escritos e dirigidos por Júlio César Conte, formado em Medicina pela UFRGS e com especialização em Psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre. Cyro Martins (1908/1995) e Dyonélio Machado (1895/1985) são outras grandes referências.

Mas, certamente, um dos nomes mais conhecidos entre os médicos escritores é o de Moacyr Scliar, com mais de 70 livros publicados e membro da Academia Brasileira de Letras de 2003 a 2011. Também formado pela UFRGS, ele fez residência em Medicina Interna, especializando-se em Saúde Pública, e exerceu diversos cargos na Secretaria de Saúde Pública do Estado. Em 1968, Scliar publicou seu primeiro livro de ficção, *O carnaval dos animais*, pelo qual recebeu o Prêmio da Academia Mineira de Letras. Com o Prêmio Moacyr Scliar de Literatura, criado em agosto do ano passado, o Rio Grande do Sul prestou mais uma homenagem ao médico escritor falecido em fevereiro do ano passado.

...e também poetas

José Eduardo Degrazia nasceu em Porto Alegre é oftalmologista e escreve desde a adolescência. Membro da Academia Rio-grandense de Letras, produz preferencialmente poesia, mas também publicou dois livros de literatura infantil e um de contos. Com a coleção *Rio Grande: Novela Reino de Macambira*, ganhou em 2006 o Prêmio Livro do Ano da Associação Gaúcha de Escritores. Juntamente com Waldomiro Manfroi e Marcelo Spalding, ele participou do debate sobre o tema *Médicos escritores: uma longa e contínua tradição*, e fala ao Jornal da Universidade.

O que o leva a escrever?

Escrevo por uma absoluta necessidade de transformar sentimentos e imagens desordenados em algo acabado, que pode ser um poema, um conto ou uma novela. Dar um sentido, talvez, ao que é aparentemente informe, desmedido. Escrevo por ser a minha forma de entender e estar no mundo.

Quando começaste a escrever de forma sistemática?

A partir dos 20 anos, quando uma coletânea de poemas meus – *Lavra permanente*, sobre a colonização italiana – ganhou um prêmio nacional. Já escrevia, no entanto, crônicas, poemas e contos em jornais e revistas. Esse prêmio abriu as portas para a publicação dos poemas em livro no ano seguinte.

A prática médica e o que ouves de seus pacientes contribuem de alguma forma para a tua produção literária?

O fato de a consulta médica ser baseada na palavra, na construção de uma história que necessita ser elaborada pelo narrador/terapeuta, tem muito a ver com isso; também a forma de a pessoa se expressar, a sua linguagem, a sua expressão corporal, a forma física, os pensamentos e a visão de mundo. Para dar um exemplo: estava escrevendo a minha novela *A fabulosa viagem do mel de lechiguana*, mas o personagem [Tio Quirino] ainda não estava bem caracterizado. Então foi consultar comigo um gaúcho, de seus 80 anos, todo pilchado, forte, falando com sotaque e jeito do nosso homem do interior: pronto, ali estava o meu personagem!

Existem características que aproximam ou são

complementares a essas duas ocupações (ex.: concentração, observação, 'olho clínico', etc.)?

O fato de prestarmos atenção à fala do outro é, sim, uma forma de exercício, de elaboração de enredos e de personagens; mesmo que a ficção nada tenha com a prática do consultório, que venha de outra origem, do campo ou da cidade, a capacidade de elaborar o que vemos e ouvimos pode ser influenciada pela prática de escutar o paciente. Mas é bom que se diga que sem muita leitura, sem conhecer os enredos criados pelos grandes escritores do passado e do presente tudo isso pode dar em nada. O fato de ser médico não é, por si só, suficiente, assim como não o é ser advogado, jornalista ou operário.

Que temáticas lhe atraem?

Gosto muito de escrever sobre as pessoas e seus grandes dramas sociais, suas vidas ligadas aos grandes movimentos culturais e sociais. Desde o meu primeiro livro, *Lavra permanente*, de 1975, o já falado *A fabulosa viagem do mel de lechiguana*, de 2008, até o último, *Corpo do Brasil*, de 2011, tento entender poética e ficcionalmente o meu país, a minha região. Mas sem descurar do lado lírico, como no livro de poemas *Cidade submersa* e no de sonetos *A flor fugaz*.

Por que tantos médicos escrevem ficção?

Não sei se os médicos escrevem mais do que advogados ou jornalistas, mas o que podemos ver, focalizando o nosso estado, é que um grande número de autores médicos tem papel representativo nas duas atividades, desde Caldre e Fião a Moacyr Scliar, passando por Dyonélio Machado e Cyro Martins – e tem muitos outros que aqui não vou citar. Acredito que, sendo o trabalho social do médico reconhecido, sua atividade como clínico e cirurgião respeitada, o fato de escrever agregue um novo valor à sua personalidade, o que aumenta a curiosidade dos leitores. É bom frisar que escrever, até uns 40 anos atrás, não era tido como uma atividade compatível com outras profissões, diferentemente de hoje, que passou a ser um galardão: médico e escritor, delegado de polícia e escritor, jornalista e escritor, empresário e escritor, e por aí vai. Talvez enfrentar certo ranço provinciano contra a arte e os artistas tenha valorizado esse fato.

Redação Caroline da Silva | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



À margem do Guaíba, Fundação Iberê Camargo sedia duas exposições em janeiro e fevereiro

Roteiro de exposições

Artes Visuais

Porto Alegre oferece boa programação para os que permanecem na capital

Uma das mostras que causou sensação em Porto Alegre no final de 2011 por ocasião de sua inauguração foi *De Chirico: O Sentimento da Arquitetura*. A visitação desta que é a primeira exposição das obras do italiano Giorgio de Chirico (1888 -1978) no Rio Grande do Sul continua até 4 de março e segue sendo grande oportunidade para as férias dos porto-alegrenses que não podem viajar. A entrada é franca.

Na exposição, estão 45 pinturas e onze esculturas do período chamado neometáforico, entre os anos 1960 e 1970, além de 66 litografias realizadas para os "Calligrammi di Guillaume Apollinaire" (1930), apresentadas pela primeira vez juntas – todas cedidas exclusivamente pela Fondazione Giorgio e Isa de Chirico. Com curadoria da italiana Maddalena d'Alfonso e realização da Fundação Iberê Camargo, Casa Fiat de Cultura, Masp e Fondazione Giorgio e Isa de Chirico, a exposição itinerante – integrada às comemorações do "Momento Itália/Brasil 2011-2012" – começou pela Fundação Iberê e depois segue para a Casa Fiat de Cultura (de 20 de março a 20 de maio) e logo após para o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP (de 31 de maio a 12 de agosto).

A Fundação Iberê Camargo, que fica aberta de terça a domingo das 12h às 19h, quintas até as 21h, também apresenta a mostra *Conjuro do mundo – As figuras-cesuras*

de Iberê Camargo. Focada na produção tardia do artista, ela traz pinturas emblemáticas ao lado de trabalhos pouco conhecidos e escritos inéditos do artista. Os últimos anos de Iberê Camargo marcaram um retorno à figuração e intensificaram seu confronto antigo com a passagem do tempo. O curador espanhol radicado no Brasil Adolfo Montejo Navas explica que o título é uma licença-poética do que, no fundo, a arte mais verdadeira faz: conjurar o mundo. Essa exposição está no quarto piso do local e segue as mesmas normas de visitação da atração com produções do artista italiano.

Centro Cultural CEEE – Outro artista de vulto internacional cujas obras podem ser vistas na capital é o colombiano Fernando Botero. Em comemoração ao 10.º aniversário do Centro Cultural CEEE Erico Verissimo estão expostas 67 telas doadas por ele ao Museu Nacional da Colômbia entre 2004 e 2005. Após passagens por Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, a individual do pintor ainda vivo segue em cartaz até 8 de março.

As seis aquarelas, 36 desenhos e 25 pinturas que compõem *Dores da Colômbia* mostram os abusos sofridos pelo povo colombiano como consequência da ação de grupos guerrilheiros, políticos e paramilitares. As cenas retratam o conflito que resultou no exílio de 1,5 milhão de pessoas

nas últimas décadas e que tem gerado uma movimentação social que busca as bases para a justiça no país.

A mostra dialoga com uma corrente artística que vincula a arte à política, como fizeram Francisco Goya com *Desastres da Guerra* e Pablo Picasso com *Guernica*. A visitação pode ser feita no Centro Cultural Erico Verissimo de terça a sexta, das 10h às 19h, e sábados, das 11h às 18h. A entrada é gratuita.

Casa de Cultura – “Por fim, três mostras simultâneas são atração na Casa de Cultura Mario Quintana. No final de janeiro, o 1.º Prêmio IEAVI – Incentivo à Produção de Artes Visuais inaugurou três exposições de artistas do interior do Rio Grande do Sul. Rogério Severo, de São Leopoldo, apresenta a instalação *Fundear* na Galeria Augusto Meyer (3.º andar). O grupo Superfície, composto por oito artistas mulheres de Pelotas, traz suas pinturas coletivas na exposição *Multiplicações*, no espaço Maurício Rosenblatt (3.º andar). Já o grupo de Montenegro, Ponto de Fuga – Coletivo em Arte, também composto somente por artistas mulheres, mostra a instalação *Alfa-Teta*, na Fotogaleria Virgílio Calegari (7.º andar), que tem como inspiração os fragmentos dos sonhos, expressados através de objetos. A visitação segue até 4 de março, nas segundas-feiras a partir das 14h; de terças a sextas a partir das 9h; e nos finais de semana a partir das 12h; encerra sempre às 21h.

CECLIMAR

Programação de verão aberta ao público no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinheiros.

CECLIMAR VAI À PRAIA
Datas: Imbé, 10 de fevereiro; Tramandaí, 17 de fevereiro; Atlântida Sul, 24 de fevereiro; Arroio do Sal, 3 de fevereiro
Horário: das 9 às 14h

OFICINA - PRIMEIROS SOCORROS: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
Ministrante: José Eliseu Wollmann
Datas: 9 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 15h30min às 16h30min

OFICINA - TUBARÕES: VILÕES OU VÍTIMAS
Ministrantes: Bruna Lunardi e Ronaldo Nobre
Data: 23 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 15h30min às 16h30min

OFICINA - SEGREDO DOS OCEANOS
Ministrante: Caroline Fronza
Data: 7 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 15h30min às 16h30min

OFICINA - CURSO DE OBSERVAÇÃO DE AVES
Ministrante: Giuliano Brusco
Data: 14 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 17 às 19h

OFICINA - ECO-OFFICINA ARTE E SUCATA
Ministrante: Caroline Fronza
Data: 16 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 15h30min às 16h30min

CRIANDO, BRINCANDO E APRENDENDO COM O MEIO AMBIENTE
Ministrantes: Viviane Fausto e Bruna Vieira
Datas: 1.º e 22 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 14h30min às 16h30min



CAIU NA REDE É PEIXE - A PESCA CONSCIENTE
Ministrantes: Rede de Educação Ambiental do Comitê da Bacia do Rio Tramandaí
Datas: 8 e 15 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 14h30min às 16h30min

PASSEANDO DE CAIAQUE NO CECLIMAR
Exploração por caiaque da margem lagunar do Ceclimar com visitação ao Museu de Ciências Naturais e Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e Marinheiros
Datas: 11 e 25 de fevereiro
Local de saída: Área do Ceclimar próximo a ponte Tramandaí-Imbé
Público: maiores de 5 anos

AVENTURA E ECOLOGIA
Passeios gratuitos de caiaque com visita ao Ceclimar
Data: 4 de fevereiro
Público: maiores de 5 anos

EXPOSIÇÃO DINOSSAUROS: CIÊNCIA E FICÇÃO
Realização: Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Visitação: até 26 de fevereiro
Local e horário: Ceclimar, das 15 às 19h

MÚSICA

17.º Concurso Ospa

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre realiza a segunda etapa do 17.º edição do concurso. O concurso, que sempre premiou jovens solistas e regentes, pela primeira vez tem uma categoria destinada a compositores. Serão selecionados até três jovens compositores, com no máximo 35 anos de idade, brasileiros ou estrangeiros, residentes no Brasil ou no exterior. O objetivo do concurso é oportunizar que novos compositores tenham sua obra divulgada e executada pela orquestra. A composição deverá ser inédita, ter duração entre 7 e 10 minutos, e ser escrita para a formação orquestral da Ospa. A fase final ocorre em 20 de abril.



INSCRIÇÕES

Período: 1.º a 20 de março
Local: sede administrativa da FOSPA ou via sedex.
Regulamento e ficha: <http://www.ospa.org.br/?p=3841>

ONDE?

► **Casa de Cultura Mario Quintana**
Rua dos Andradas, 736
Fone: 3221-5900

► **Ceclimar**
Av. Tramandaí, 976 - Imbé, RS
Fones: (51) 3627-1309 / 3627-5384
E-mail: ceclimar@ufrgs.br

► **Centro Cultural Erico Verissimo**
Rua dos Andradas, 1223
Informações: 3228-9710 e pelo www.cccev.com.br

► **FOSPA**
Av. 24 de Outubro, 850/305
Fone: 3222-7387

► **Fundação Iberê Camargo**
Av. Padre Cacicque, 2000
Fone: 3247-8000
Site: www.iberecamargo.org.br

► **Galeria Olho Nu**
Av. Bento Gonçalves, 9.500, Prédio 43322, IFCH/UFRGS - Câmpus do Vale
Fone: 3308-6647

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Sala Verde da Praia**
Av. Paraguassú, 576 - Centro Social de Cultura e Lazer de Atlântida Sul
Fone: (51) 3663-8235

CINEMA



Festival Os Três Patetas

A Sala Redenção apresenta em fevereiro uma seleção de filmes dos ícones do humor do passado. As sessões apresentam produções de média e curta-metragem, com entrada franca. Informações pelo telefone 3308-3933 e pelo site www.difusao-cultural.ufrgs.br.

CERVEJA E SALGADINHOS (*Beer and pretzels*, 1933-34, 95min) Dir. Jack Cummings
TOTALMENTE MALUCOS (*Plane nuts*, 1933)
A GRANDE IDEIA (*The big idea*, 1934)
ROSBIFE E FILMES (*Roast-beef and movies*, 1934)
O POLICIAL PATETA (*Corn on the cop*, 1934)
Estes curtas apresentam os Patetas como eles eram no início, capturando a fase de transição dos palcos para as telas de cinema. O trio original aparece em três curtas, lançados entre 1933 e 34, quando o grupo trabalhou para a Metro-Goldwyn-Mayer.

Completam a programação dois raríssimos curtas estrelados por dois dos patetas.
Sessões: 1.º de fevereiro, 16h; 15 de fevereiro, 19h; 16 de fevereiro, 19h

DESORDEM NO TRIBUNAL (*Disorder in the court*, de 1936-49, 60min), de Jack White
A FORTALEZA (*Malice in the palace*, de 1949)
O GOLPE (*Sing a song of six*, 1947)
Em uma alfaiataria, os Patetas afrontam as maiores confusões quando tentam fazer um ladrão de banco devolver o dinheiro que roubou deles.
Sessões: 1.º de fevereiro, 19h; 6 de fevereiro, 16h; 27 de fevereiro, 16h

OS RICOS RIEM À TOA (*Healthy, wealthy and dumb*, EUA, 1936-45, 88min), de Del Lord
ESTES TRÊS SÃO UM NÚMERO (1944)
CORPO A CORPO (1945)
PATETAS NA NEVE (1939)
BOBAGENS EXPRESSAS (1943)
SOU UM ÍNDIO (1936)
Os comediantes mais queridos da história voltam em mais uma complicação de incriveis episódios.
Sessões: 6 de fevereiro, 19h; 7 de fevereiro, 16h; 16 de fevereiro, 16h; 27 de fevereiro, 19h

NOIVO SEM NOIVA (*Brideless Groom*, EUA, 1947, 60 min), de Edward Berns
Shemp herda meio milhão de dólares de seu tio, desde que se case em sete horas
A FORTALEZA (*Malice in the palace*, de 1949)
Os Patetas são garçons

do Café Casbahbah, no meio-oeste, quando acham o diamante de 100 quilates do túmulo amaldiçoado do rei Rutenuten.
Sessões: 7 de fevereiro, 19h; 8 de fevereiro, 16h; 28 de fevereiro, 16h

BIRUTAS, MAS BONZINHOS (*Nutty but nice*, EUA, 1935-47, 104 min), de Jules White
PATETAS CAÇANDO PATOS (1939)
GENTALHA (1935)
PASPALHÕES EM FÉRIAS (1947)
VOANDO FEITO PAPAGAIO (1943)
FALSOS ALARMES (1936)
Seis episódios do trio mais biruta do cinema.
Sessões: 8 de fevereiro, 19h; 9 de fevereiro, 16h; 28 de fevereiro, 19h

ENCANADORES POR ACASO (*A plumbing we will go*, EUA, 1934-45, 17 min.), de Del Lord
Quando o trio se disfarça de encanadores para enganar a polícia, suas trapalhadas quase causam a destruição de uma mansão.
AS COISAS ESTÃO PRETAS (1934)
OS TRÊS TENORES (1945)
TROCANDO AS PERNAS (1934)
PATETA É APELIDO (1934)
ODEIO MULHERES (1934)
Sessões: 9 de fevereiro, 19h; 13 de fevereiro, 16h

EM PARADA MUSICAL (*In swing parade*, EUA, 1946, 73 min), de Phil Karlson
Os patetas têm de proteger Danny Warren, dono de uma casa noturna, dos esquemas do próprio pai, um sujeito poderoso

e preocupado que cisma em mandar na vida do filho.
Sessões: 13 de fevereiro, 19h; 14 de fevereiro, 16h

HERÓIS EXCÊNTRICOS (*Spook louder*, EUA, 1943-49, 16min), de Del Lord

Caixeiros viajantes, os Patetas conhecem seus mais difíceis clientes quando um inventor contrata-os para guardar sua casa assombrada, enquanto está fora. As coisas ficam assustadoras quando aparecem três espíritos disfarçados de monstros.
O FARAÓ É UMA MÚMIA (1948)
A AMEAÇA TEM GRAÇA (1947)
FALA FANTASMA (1949)
MÁGICOS IDIOTAS (1949)
MARMELADA INDIGESTA (1947)
Sessões: 14 de fevereiro, 19h; 15 de fevereiro, 16h

O MUNDO É PATÉTICO (*All the world's a stoooge*, 1937- 1946, 124min), de Del Lord
CAMPEÕES DA ALEGRIA (1937)
PAPAI PERDE A CABEÇA (*Dumb clucks*, 1937)
QUE PIRATARIA (*Three little pirates*, 1946)
EXÉRCITO DA PERDIÇÃO (*Uncivil war birds*, 1946)
A COR DE SUAS PELES (*Back to the woods*, 1937)
PALAVREADO DESENFREADO (*Violent is the word for curly*, 1938)
Os três patetas aparecem aqui em seus momentos mais raros, que até hoje constavam apenas em livros sobre a história do cinema.
Sessões: 29 de fevereiro, 16h; 29 de fevereiro, 19h

EXPOSIÇÃO



Memórias de Apollonia

Exposição realizada pelo Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), em parceria com o Nú-

cleo de História Antiga do IFCH, que exhibe documentação fotográfica, mapas e diversos artefatos romanos antigos, tais como fragmentos de ânforas, panelas, lamparinas e vidrarias. Os painéis apresentam o contexto do sítio arqueológico da cidade de Apollonia-Assur, Israel, e a visão de todos os processos da arqueologia clássica em campo, bem como uma crônica da expedição científica. As fotografias ilustram o ambiente de escavações, às margens do Mediterrâneo, e a descoberta de uma *villa* romana e de toda a sua cultura material.
Local: Galeria Olho Nu

do IFCH
Visitação: até 29 de fevereiro, nas segundas das 12h às 21h; terças, quartas e quintas das 8h às 21h; e sextas das 8h às 14h
Entrada franca

Oretataypy: presença Mbyá-guarani no Sul e Sudeste do Brasil

Exposição organizada pelo Museu da UFRGS em parceria com o Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas da Secretaria de Direitos Humanos e

Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e o Museu do Índio do RJ/ Funai. Os visitantes irão conhecer a perspectiva Mbyá-guarani em relação ao mundo – sua cosmologia – e como isso se reflete em suas atividades cotidianas.
Visitação: até 1.º de junho, nas segundas das 14h às 18h; de terça a quinta das 9h às 18h; nas sextas-feiras das 9h às 13h
Entrada franca

FLÁVIO DUFRAY/JU



Paixão pela língua francesa levou professora a Paris e marcou sua trajetória

Cidade do meu andar

Urbana

O verso de Quintana descreve a relação de Aida Ferrás com o centro de Porto Alegre, lugar em que nasceu, estudou e trabalhou

Jacira Cabral da Silveira

Ela não tem idade. É a sensação que fica depois de algum tempo de conversa com Aida Ferrás. Em seu apartamento na Avenida João Pessoa, de frente para a Redenção, ela conta de sua paixão pelo centro de Porto Alegre e enfatiza que não há lugar melhor para morar. De cabelos longos num tom alaranjado, pintado em casa, a professora de francês sorri com facilidade, descrevendo como circula a qualquer hora do dia ou da noite entre os pontos de cultura da cidade. Enquanto outras de sua geração são avós comportadas, Aida se nega a ficar em casa em frente à televisão. O aparelho está num canto da sala, coberto com uma serigrafia de um amigo, assim como o DVD, que foi usado só uma vez. Ela prefere ir ao cinema, ao teatro, a shows e conversar com as pessoas.

Essa identificação com a vida cultural e com o cotidiano da capital fez com que Aida fosse uma das 49 pessoas eleitas em 2009 para participar do Projeto Personagens do Centro de Porto Alegre, idealizado pelo Instituto Hominus em parceria com o Espaço Cultural do Sindicato dos Bancários. Depois de uma série de encontros e muita conversa entre os participantes,

foi produzido um kit, composto de uma revista, um jogo e um documentário audiovisual. Esses materiais foram distribuídos em escolas públicas municipais e também em bibliotecas e em outros pontos culturais da capital. “Foi um barato participar”, comenta num sotaque porto-alegrês, feito gurria.

Infância em alerta – Da janela da sala de sua pequena cobertura, Aida pode ver o Monumento ao Expedicionário, construído em uma das laterais da Redenção (oficialmente Parque Farroupilha) em homenagem aos jovens brasileiros que combateram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A época faz parte das lembranças de sua infância: ao sinal de alerta da aeronáutica, a população, especialmente os moradores do centro da cidade, corria para os abrigos antiaéreos construídos no subsolo dos principais edifícios da área central de Porto Alegre. “Se a gente estivesse na rua e tocasse a sirene de ataque, tinha que sair correndo e entrar no viaduto Otávio Rocha [na Avenida Borges de Medeiros]”. Era o maior da cidade e tinha capacidade para até 1.200 pessoas.

De uma recordação a outra, ao reconstituir sua trajetória de vida, Aida vai também contando a história da cidade. Durante a Segunda Guerra, Porto Alegre viveu uma de suas piores enchentes, a de 1941. As chuvas iniciaram em abril e se estenderam por mais de três semanas, deixando vastas regiões do estado submersas e mais de 80 mil flagelados somente na capital. Durante mais de uma semana, Aida, seus pais e duas irmãs ficaram alojados com mais cinco famílias num salão no primeiro andar do QG da Brigada Militar. Houve racionamento de água e de alimentos e as privações de uma vida em abrigo. Como havia muitas crianças, os pais deixavam aflorar a veia militar e decretavam algo parecido com um toque de recolher, seguido de algumas recomendações: “Ninguém canta agora”. A risada é inevitável ao relembrar.

Na Universidade – Durante 17 anos, Aida trabalhou na UFRGS, cedida pela Secretaria de Educação do Estado, para integrar o Projeto Ibero-americano de Pesquisa da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), promovido pelo Ministério da Educação em âmbito nacional e coordenado, no Instituto de Letras, pelo professor Albino de Bem Veiga. O objetivo era estabelecer um padrão da língua falada urbana culta. O estudo baseava-se nas entrevistas feitas com os informantes que preenchessem os requisitos exigidos: ter nascido em Porto Alegre, não ter falado língua estrangeira na infância, ter sido alfabetizado na cidade e ter curso superior.

Mas a paixão de Aida, quando entrou no curso de Letras na UFRGS, era o francês. Seu interesse pelo idioma dos gauleses começou ainda no ginásio, com a professora Suzanne Burtin Vinholes, recém-chegada de Paris. Então com 12 anos de idade, Aida lembra da primeira vez que viu Suzanne entrar na sala de aula, no Instituto de Educação: era uma figura austera, vestida sempre de negro, com um véu cobrindo o rosto e luva em apenas uma das mãos (mais tarde soube que a professora tivera um acidente). Talvez o luto fosse pela morte do marido na guerra, cogitavam as estudantes. “Ela falava muito pouco em português”, acrescenta. Mas nem isso ou o perfil exigente da professora impediram Aida de se apaixonar pelo francês: “Tínhamos de traduzir trechos de obras da literatura francesa como *Os Miseráveis*, de Victor Hugo”, enfatiza, ao comentar o vasto vocabulário com que concluiu o ginásio.

Desde que ingressou na faculdade, Aida destacava-se pelo seu jeito irreverente e despojado na forma de vestir. “Se quiserem essas coisas aí [pinturas, brincos, etc.] vão trabalhar, mas aqui dentro de casa ou estuda ou trabalha”, disse o pai. Diferente das irmãs, que preferiram interromper os estudos para trabalhar e custear suas vaidades de moças, como vestidos e cosméticos, a filha de seu Carlos e dona Olga respondeu ao pai que seguiria estudando. A mãe não gostou, pois sempre defendeu

que as filhas deviam estudar para não ficar dependendo de homem. “Minha mãe era uma feminista”, define.

Embora tenha estudado só até o segundo ano primário, dona Olga era uma leitora voraz, adorava biografias, preferência de leitura muito comum à época. Seu Carlos não ficava atrás e era ele que reunia as crianças para contar longas histórias. Aida não se cansava de escutar o pai e era a única a insistir para que ele contasse sempre mais uma. “Não faz essas gurias chorarem!”, reclamava a mãe. Mas não adiantava, ele seguia recitando I-Juca-Pirama, de Gonçalves Dias. “Quando o índio ia ser preso, ficava na dúvida: salvo ou não salvo; volto ou não volto para a tribo; luto ou não luto. Era muito emocionante.” Para Aida, o pai fazia com que as filhas pensassem sobre as histórias como a de I-Juca-Pirama, o que, talvez sem pretensão, despertou alguns valores que lhe serviram para toda a vida. É o caso da coragem, lição que ela aprendeu muito bem.

Prova disso foi quando decidiu lecionar em Rio Grande, depois de ter passado dois anos no Rio de Janeiro cursando Didática e um ano de pós-graduação em francês na Maison de France. Na então capital federal, ficou morando com uma das irmãs que se mudara para lá ao se casar. Em Rio Grande, no interior gaúcho, deu aula de Português e Francês na Escola Normal Juvenal Miller.

À frente de seu tempo – Numa época em que se esperava que as mulheres estivessem à sombra da carreira dos esposos, Aida desembarca na cidade litorânea com os cabelos bem curtos, muito bronzeada das praias cariocas e magérrima. “Ninguém queria alugar um lugar para eu morar, pensavam que eu tinha algum problema.” Ela acabou indo morar em um dos 27 quartos da casa da família Ruffier, de uma ex-colega de faculdade cuja mãe era francesa e o pai belga. Ali teve oportunidade de praticar seu francês diariamente e ouvir muita música clássica.

Depois da experiência em Rio Grande, solicitou e ganhou uma bolsa para estudar na Sorbonne, em Paris. Além de literatura francesa, especializou-se em fonética e fez um estágio pedagógico em Sèvres. Era um curso específico para professores de francês, e durante o curso Aida, morando na Casa do Brasil na Cidade Universitária, conheceu gente do mundo inteiro em busca de aperfeiçoamento da língua. Projetado por Oscar Niemeyer, o edifício que abrigava brasileiros era atração turística: saía do padrão europeu, com um box para banho em cada quarto e calefação vinda do chão. Até hoje o prédio acolhe estudantes em viagem de estudos à capital francesa. Essa foi a temporada mais longa na França, que durou um ano. Depois ela obteve mais duas bolsas, uma de teatro em Nice e outra em Royan, onde seguiu um curso de Técnicas Audiovisuais. Em Paris, todos os sábados sua turma ia ao Louvre com um guia especializado em arte. No final do curso, pegou a estrada e viajou de carona por seis meses pela Europa. Voltou um ano depois com uma “beca” na universidade em Madri e aproveitou para conhecer a Espanha e o Marrocos. Como havia sido boa aluna, renovou a bolsa por mais 1 ano.

A segunda vez que esteve na França foi em 1972, com seu primeiro marido, o professor de Filosofia Darwin, com quem foi casada por 12 anos. O fim do casamento aconteceu quando ela retornou da viagem que fez sozinha à Índia para experimentar a vida num *ashram* (lugar onde há mestres de yoga, pois Aida era instrutora do método De Rose). Tempos depois, conheceria seu segundo esposo, Jordano, operário da construção civil e exímio escultor. Em uma estante no corredor de seu apartamento, Aida guarda alguns entalhes feitos por ele. Embora no segundo matrimônio tenha enfrentado o preconceito de parentes e amigos, devido à formação e ocupação profissional do companheiro, Aida afirma que ele foi a pessoa que mais a completou e com quem conviveu por 18 anos: “Era um artista”, argumenta.



Caixas de Luz

TEXTO E FOTOS **MYRA GONÇALVES**

O trabalho aqui mostrado surgiu de provocações feitas em sala de aula a partir de 2009: a construção de câmeras fotográficas, buscando autonomia para os alunos. A ideia amadureceu baseada nas questões relativas à tecnologia primordial da fotografia – a câmera obscura. A seleção dos tamanhos das caixas (câmeras!) visou favorecer as dimensões dos filmes utilizados – por isso a opção por caixas de fósforos médias ou semelhantes.

A decisão de utilizar esse tipo de câmera precária contrasta com a realidade de um mundo tecnológico que nos causa a ilusão de que podemos dominar tudo e todos mediante a complexidade de ferramentas cada vez mais sofisticadas.

Na contramão, as câmeras das fotos desta página, com qualidades irregulares, fazem com que as imagens resultantes de seu uso sejam imprevisíveis, sujeitas ao acaso. Nesse processo, muitas características fotográficas estão presentes, porém seguindo suas próprias verdades – as especificidades fotográficas de caixas de papelão. A magia se completa quando o fotógrafo, não podendo controlar a formação da imagem, uma vez que não possui um visor, é tão surpreendido quanto os que a veem pela primeira vez.

Desse local de observação tão inseguro, é possível deixar-nos engolir pelos acontecimentos do entorno, para, então, absorvidos pelo mundo, estarmos mais integrados ao seu andamento. Abrir portas para as possibilidades do acaso nos converte somente em um elemento a mais, com menos controles, na complexa rede de percepções sensoriais, motoras e emocionais que caracterizam a vida.

Essas fotografias abrem portas para muitas interrogações, com percepções ora intelectuais, ora sensoriais. Que todos tenham as suas...

MYRA GONÇALVES É MESTRE EM ARTES VISUAIS PELO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ATUA COMO PROFESSORA DE FOTOGRAFIA NO NÚCLEO DE FOTOGRAFIA DA FABICO-UFRGS E NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.

